

PARECER INDEPENDENTE

sobre a primeira emissão de títulos verdes da Silvânia Transmissora de Energia S.A.

Valor da emissão: R\$ 235.000.000,00

Alinhamento com ODS:



Alinhamento com categorias GBP: Energia Renovável

GBP	Nível de alinhamento com as melhores práticas	Pontos fortes	Pontos de melhoria
1. Uso de recursos		<ul style="list-style-type: none"> ✓ 100% do uso de recursos para financiamento de gastos futuros em infraestrutura de linhas de transmissão conectadas ao Sistema Interligado Nacional (SIN); ✓ Alocação dos recursos em até 12 meses após a emissão; ✓ Uso de recursos alinhado com <i>Green Bond Principles</i>, <i>Taxonomia EU</i> e <i>Climate Bonds Initiative</i>. 	<ul style="list-style-type: none"> ✗ LT não são dedicadas a linhas a escoamento de energia renovável
2. Processo de seleção e avaliação de projetos		<ul style="list-style-type: none"> ✓ Infraestruturas conectadas ao SIN, que tem fator de emissões em trajetória de redução e abaixo de 100 gCO₂e/kWh nos últimos 5 anos; ✓ Matriz de riscos com itens de adaptação e resiliência, e um plano de ação associado; ✓ Projeto contribui para o aumento na transmissão de energia renovável entre as regiões N/NE e SE/CO; ✓ 72,47% de participação de usuários verdes da rede. 	<ul style="list-style-type: none"> ✗ Avaliação de riscos climáticos sobre os empreendimentos não está 100% alinhado aos requisitos de Adaptação e Resiliência da CBI.
4. Gestão de recursos		<ul style="list-style-type: none"> ✓ Mecanismos de vencimento antecipado em caso de alteração no uso de recursos; ✓ Valor do projeto elegível superior ao valor da emissão verde; ✓ O projeto elegível não foi objeto de outras emissões verdes ou rotuladas; ✓ Recursos para gastos futuros ficarão mantidos em conta corrente da SPE; ✓ Alocação temporária dos recursos em instrumentos com baixo risco de contaminação. 	-
5. Relato		<ul style="list-style-type: none"> ✓ Verificação externa em até 24 meses; ✓ Relato anual dos indicadores ambientais e financeiros disponíveis ao público em geral; ✓ Relato anual a ocorrer até a maturidade da emissão ou até que os recursos sejam totalmente alocados; ✓ Este Parecer será disponibilizado ao público em geral. 	-

Gestão socioambiental dos ativos elegíveis¹

Destaques dos ativos elegíveis



Pontos fortes

- ✓ Sem histórico de controvérsias;
- ✓ Sem interferência em áreas legalmente proibidas;
- ✓ Sem conflitos em territórios quilombola e indígena;
- ✓ Comunicação social prévia definida sobre o empreendimento.

Pontos de melhoria

- ✗ Sem Sistema de Gestão Ambiental (SGA) implementado;
- ✗ Sem Política Ambiental ou ASG implementada (em elaboração).

¹ Em que 1 representa uma gestão socioambiental "Insuficiente" dos ativos elegíveis, 2 representa uma gestão "Satisfatória", 3 representa uma gestão "Confortável" e 4 representa uma gestão "Superior".

Sobre a SITAWI

A SITAWI é uma organização brasileira que mobiliza capital para impacto socioambiental positivo. Desenvolvemos soluções financeiras para impacto social e assessoramos o setor financeiro a incorporar questões socioambientais na estratégia, gestão de riscos e avaliação de investimentos. Somos uma das 5 melhores casas de pesquisa socioambiental para investidores de acordo com o *Extel Independent Research in Responsible Investment – IRRI 2019* e a primeira organização brasileira a avaliar as credenciais de Títulos Verdes.

Sumário

I. Escopo	3
II. Opinião.....	5
III. Performance socioambiental do projeto	17
IV. Performance ASG da State Grid Brazil Holding	29
Green Bond Principles Form	34
Anexo I - Método	39

I. Escopo

O objetivo deste Parecer Independente é prover uma opinião sobre o enquadramento como Título Verde (“Green Bond”) da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, em regime de garantia firme de colocação, da Silvânia Transmissora de Energia S.A. (“STE” ou “Emissora”), constituída como Sociedade de Propósito Específico (SPE) controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (“SGBH”).

Os recursos obtidos com a emissão, cujo volume total é de R\$ 235.000.000,00 com prazo de vencimento em janeiro de 2025, serão utilizados para financiamento de despesas e gastos futuros do projeto de implantação de infraestrutura de transmissão de energia elétrica da Emissora.

A SITAWI utilizou seu método proprietário de avaliação, que está alinhado com os *Green Bond Principles (GBP)*², os Padrões de Desempenho da *International Finance Corporation (IFC)*³, a *Climate Bonds Taxonomy*⁴ da *Climate Bonds Initiative* e outros padrões de sustentabilidade reconhecidos internacionalmente.

A opinião da SITAWI é baseada em:

- Características da emissão baseada na análise da escritura das debêntures;
- Performance socioambiental do projeto de acordo com o processo de licenciamento e procedimentos de gestão;
- Performance Ambiental, Social e de Governança (ASG) da SGBH a partir da avaliação das políticas e práticas empresariais.

A análise utilizou informações e documentos fornecidos pela SGBH, alguns de caráter confidencial, pesquisa de mesa e entrevistas com equipes responsáveis pela emissão da debênture, pelos projetos e pela gestão empresarial, realizadas remotamente. Esse processo foi realizado em janeiro de 2022.

O processo de avaliação consistiu em:

- Planejamento da avaliação;
- Realização da avaliação, incluindo a preparação do cliente, obtenção de evidências e avaliação;
- Elaboração da conclusão da avaliação;
- Preparação do relatório da avaliação.

A SITAWI teve acesso a todos os documentos e pessoas solicitadas, podendo assim prover uma opinião com nível razoável de assecuração em relação a completude, precisão e confiabilidade.

O processo de avaliação foi realizado de acordo com princípios gerais relevantes e padrões profissionais de auditoria independente, e em linha com a Norma Internacional sobre Compromissos de Avaliação que não sejam auditorias ou revisões de informações financeiras históricas (ISAE 3000), Norma Internacional em Controle de Qualidade

² <https://www.icmagroup.org/assets/documents/Sustainable-finance/2021-updates/Green-Bond-Principles-June-2021-100621.pdf>

³ https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/Topics_Ext_Content/IFC_External_Corporate_Site/Sustainability-At-IFC/Policies-Standards/Performance-Standards

⁴ <https://www.climatebonds.net/standard/taxonomy>

(ISQC 1, 2009) e Código de Ética para Contadores Profissionais do *International Ethic Standards Board for Accountants* (IESBA, 2019).

A STE pretende obter a classificação de Título Verde, em linha com o Guia para Emissão de Títulos Verdes no Brasil 2016 (Febraban e CEBDS)⁵, a publicação “Não Perca esse Bond”⁶ e os *Green Bond Principles*, versão de junho de 2021. Essa classificação será confirmada em até 24 meses após a emissão, com base em um parecer de pós-emissão a ser realizado pela SITAWI.

⁵ <https://info.sitawi.net/guiatitulosverdes2016>

⁶ <https://info.sitawi.net/naopercaessebond>

II. Opinião


Com base nos procedimentos de avaliação conduzidos e evidências obtidas, em nossa opinião, as debêntures verdes emitidas pela Silvânia Transmissora de Energia S.A. (STE) estão em conformidade com os *Green Bond Principles* (GBP) e boas práticas de mercado para emissão de títulos verdes.

A SITAWI utilizou seu método proprietário de avaliação, baseado no atendimento dos GBP, os quais são diretrizes que auxiliam o mercado a compreender os pontos chave de um produto financeiro e como ele se caracteriza como Verde. Mais detalhes sobre esses princípios podem ser encontrados no Anexo I - Método.

A aderência aos GBP, embora seja um processo voluntário, sinaliza aos investidores e outros agentes do mercado que o investimento segue padrões adequados de desempenho em sustentabilidade e transparência.

A seguir, consta a análise do alinhamento do Título Verde aos quatro componentes dos GBP.

Quadro 1. Descrição da análise dos GBP para o Título Verde

GBP e classificação	Resumo das práticas e opinião SITAWI
<p>Uso de recursos</p> 	<p>Descrição dos projetos e categorias financiadas: Os recursos captados pela STE com a presente emissão de debêntures e com volume total de R\$ 235.000.000,00 (duzentos e trinta cinco milhões de reais) serão utilizados, exclusivamente, para o financiamento de despesas e gastos futuros relacionados ao CAPEX do projeto de implantação de uma linha de transmissão (LT) de energia elétrica ligada ao Sistema Interligado Nacional (SIN).</p> <p>O projeto da STE possui uma extensão de 177,1 km, interceptando 13 municípios⁷ do estado de Goiás, e está composto pelas seguintes estruturas planejadas para sua instalação e operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Linha de Transmissão em 500 kV Silvânia – Trindade com comprimento aproximado de 152,9 km; • Subestação (SE) 500 kV Silvânia - seccionadora – nova; com área de 50,75 hectares; • Trecho de Linha de Transmissão em 500 kV, circuito duplo, entre o seccionamento da LT em 500 kV Samambaia - Emborcação, para conexão à nova SE Silvânia, com 16 km de extensão; • Trecho de Linha de Transmissão em 500 kV, circuito duplo, entre o seccionamento da LT em 500 kV Samambaia - Itumbiara, para conexão à nova SE Silvânia, com 8,3 km de extensão; • Equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas Entradas de Linha da SE Trindade já existente. <p>O objetivo do projeto é ampliar a capacidade da interligação entre as regiões Norte/Nordeste e Sudeste/Centro-Oeste, permitindo o atendimento ao critério N-1 na Rede Básica que atende à região central do estado de Goiás, trazendo maior segurança e confiabilidade da rede. A SE Silvânia, especificamente, será ponto de conexão da LT 800 kV CC Graça Aranha</p>

⁷ Os 13 municípios por onde passa a Linha de Transmissão são: Silvânia, Leopoldo de Bulhões, Bonfinópolis, Goianópolis, Terezópolis de Goiás, Nova Veneza, Nerópolis, Santo Antônio de Goiás, Brazabrantes, Goianira, Goiânia, Trindade e Luziânia.

– Silvânia, que possibilitará o escoamento da energia proveniente de fontes renováveis do Nordeste para a região Sudeste/Centro-Oeste. Porém, o projeto da STE não tem realizado uma previsão de conexão direta de usuários verdes (usinas geradoras de energia renovável).

O projeto encontra-se atualmente em fase de planejamento e possui Licença Prévia emitida pelo órgão ambiental local, SEMAD-GO. O início da fase de implantação está previsto para março de 2022, com uma duração de 20 meses nas obras, e a entrada em operação está estimada para ocorrer em novembro de 2023.

Benefícios ambientais e alinhamento do uso de recursos com standards de sustentabilidade: Linhas de transmissão no Brasil contribuem para o escoamento e transmissão de energia renovável no SIN, de modo que se enquadra como categoria elegível a receber recursos de títulos verdes.

Diversos padrões nacionais e internacionais reconhecem que a transmissão de energia renovável é uma categoria elegível à emissão de títulos verdes:

- Os *Green Bond Principles* (GBP) incluem projetos que suportem a energia renovável, como os de transmissão;
- A Taxonomia da *Climate Bonds Initiative* considera elegível a emissão de Título Climático para projetos ou ativos cujo uso de recursos é destinado à construção, atualização e operação de infraestrutura do sistema de transmissão e distribuição de energia, que transporta eletricidade em uma variedade de tensões em sistemas interconectados ou sistemas de distribuição. A infraestrutura pode incluir: linhas aéreas (condutores e isoladores), torres e postes, transformadores, reatores e subestações, cabos subterrâneos, disjuntores e quadro de distribuição;
- A publicação “Não Perca Esse Bond” enquadra projetos de transmissão de energia elétrica não dedicados a energia renovável como capazes de gerar reduções em emissões de até 20% ao longo de seu ciclo de vida, dado que são elementos fundamentais para dar estabilidade ao sistema elétrico brasileiro, com grande participação de energias renováveis que são, por natureza, intermitentes e interdependes. A publicação também indica que o aumento da participação de energia renovável no Sistema Interligado Nacional (SIN) deve ser acompanhado pela ampliação de sistemas de transmissão para redução de perdas e congestionamentos, bem como para garantia de escoamento e segurança energética.
- A Taxonomia de Finanças Sustentáveis da União Europeia considera a construção e operação de sistemas de transmissão que transportam energia elétrica no Sistema Interligado como ativos com potencial de apoiar a integração de energia renovável na rede elétrica. Por isso, esse tipo de infraestrutura contribui para a transição do fornecimento de energia intensiva em carbono, por meio de eletrificação e desenvolvimento paralelo de capacidade de geração de energia de baixo carbono. Como consequência, contribuem para a diminuição das emissões diretas da infraestrutura de transmissão e distribuição. Também, são ativos com potencial de incentivar tecnologias de gerenciamento de rede que integrem a geração de baixa emissão de carbono e economia de energia do lado da demanda.

Ainda, projetos de transmissão de energia para suporte a expansão da geração renovável também estão alinhados aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) 7 (“Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos”) e 13 (“Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos”).

	<p>Pela característica do SIN, não é possível garantir que as linhas de transmissão financiadas pela STE transmitirão apenas energia renovável, visto que, segundo dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS)⁸, em outubro de 2021, a capacidade total instalada no SIN originada de fontes não renováveis (carvão, gás natural, derivados de petróleo e nuclear) ainda era de 14,4%. No entanto, devido à LT estar localizada no Centro Oeste do Brasil, região com potencial de geração de energia de fontes renováveis, segundo informações da Empresa de Pesquisa Energética (2021)⁹, há garantia de participação de energia oriunda de fonte hidráulica (de PCH) e térmica a biomassa na transmissão. O projeto contribui para conectar as usinas de geração de energia renovável do interior do Brasil às regiões onde o consumo é maior.</p> <p>Para respaldar a tese de que os sistemas de transmissão darão suporte ao escoamento de energia renovável e o benefício de mitigação de mudança do clima associado, alguns argumentos são listados abaixo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fontes de energia renovável não convencionais, tais como fotovoltaica e eólica, são, por sua natureza física, intermitentes. Por esta razão, possuem alta interdependência entre si e com fontes convencionais. Neste sentido, a expansão da matriz elétrica renovável do Brasil depende da melhoria na infraestrutura de transmissão de energia para permitir o escoamento de energia renovável não convencional e garantir segurança energética com o crescimento dessas fontes. Esse aspecto é ratificado pelo estudo “Transição da indústria de energia, aqui e agora” (<i>Power-Industry Transition, Here and Now</i>) do Instituto de Análise Econômica e Financeira de Energia (<i>Institute for Energy Economics and Financial Analysis - IEEFA</i>). Esse estudo mostra que alguns países que possuem em sua matriz elétrica um volume significativo de energia eólica e solar, não sofrem com interrupções por terem um sistema de transmissão robusto. Nesse sentido, o estudo destaca que, para integrar energias renováveis à rede, é fundamental o investimento em transmissão para reduzir perdas e congestionamentos¹⁰; • O <i>International Development Finance Club</i> - IDFC, associação formada pelos principais bancos de desenvolvimento do mundo, reconhecem linhas de transmissão para energia renovável como investimentos elegíveis dentro de seus <i>Common Principles for Climate Mitigation Finance Tracking</i>¹¹; • No Brasil, o aumento da produção de energia renovável, principalmente eólica, ainda vem acompanhado de carência nas linhas de transmissão e distribuição, o que gera a necessidade de expandir o sistema de transmissão das regiões Sul, Sudeste e Nordeste em um período mais curto. A Empresa de Pesquisa Energética já está elaborando um “planejamento proativo da expansão da transmissão por meio da elaboração de estudos específicos, de caráter prospectivo, que possuem o intuito de antecipar o sistema de transmissão para a integração do potencial de fontes alternativas renováveis”¹².
--	--


⁸ Conforme definido em seu website, o ONS é o órgão responsável pela coordenação e controle da operação das instalações de geração e transmissão de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional (SIN) e pelo planejamento da operação dos sistemas isolados do país, sob a fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Disponível em: <http://www.ons.org.br/paginas/sobre-o-sin/o-sistema-em-numeros>

⁹ https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-332/topico-426/Cap04_Figuras.pdf

¹⁰ http://ieefa.org/wp-content/uploads/2018/02/Power-Industry-Transition-Here-and-Now_February-2018.pdf

¹¹ <https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/65d37952-434e-40c1-a9df-c7bdd8ffcd39/IDFC+Common-principles-for-climate-mitigation-finance-tracking.pdf?MOD=AJPERES>

¹² <https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-423/topico-483/04%20Tramiss%C3%A3o%20de%20Energia%20E%C3%A9trica.pdf>

	<ul style="list-style-type: none"> De acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), as fontes de geração de energia eólica e solar fotovoltaica têm se mostrado economicamente mais competitivas frente às outras fontes que estão se expandindo na matriz energética brasileira. De acordo com o Plano Decenal de Expansão de Energia – 2030, as fontes eólicas e solares, juntas, representam um aumento de 4% da capacidade instalada, um adicional de 6 GW entre dezembro de 2020 e final de 2030. Existe, também, a perspectiva de que o volume de energia renovável não convencional siga crescendo: é esperado que, em 2030, a geração de eletricidade das fontes eólica, fotovoltaica e de biomassa represente 24% da matriz elétrica brasileira. Isso significa uma expansão de 24% da capacidade instalada de fontes renováveis alternativas¹³. A linha de transmissão da STE integrará o Sistema Interligado Nacional (SIN), um dos maiores sistemas de geração e transmissão de energia do mundo e composto majoritariamente por fontes com baixa emissão de carbono (hidrelétricas). Em 2020, o SIN teve um fator de emissão de 63,5 kgCO₂eq/MWh contra 882,3 kgCO₂eq/MWh dos sistemas isolados no Brasil, estes últimos compostos majoritariamente por fontes térmicas. O melhor aproveitamento do potencial de energia limpa do SIN depende da eficiência e qualidade da infraestrutura de transmissão¹⁴. Fontes renováveis não convencionais tendem a ser menos <i>utility-scale</i> e mais distribuídas. Neste sentido, a expansão do sistema de transmissão é importante para permitir a integração de fontes mais distribuídas e intermitentes no sistema. <p>A classificação do componente Uso de Recursos, referente ao Green Bond Principle 1, foi considerada como <u>Confortável</u>, uma vez que a linha de transmissão não busca escoar, exclusivamente, energia renovável não convencional.</p>
<p>Processo de seleção e avaliação de projetos</p> 	<p>Alinhamento da emissão com estratégias da State Grid Brazil Holding (SGBH): O objetivo da SGBH com a emissão de debêntures é financiar o investimento em linha de transmissão de energia elétrica que conecte, sobretudo, plantas de geração de energia renovável do interior do estado de Goiás a regiões centrais de consumo a partir do Sistema Interligado Nacional (SIN). As diretrizes de governança da SGBH orientam sua atuação pelo compromisso com o desenvolvimento sustentável, gerindo linhas de transmissão com responsabilidade socioambiental, contribuindo para a capacidade de interligação entre as diferentes regiões do país maneira sustentável.</p> <p>Atualmente, a SGBH ainda não possui uma Política Ambiental ou ASG já implementada que estabeleça as diretrizes corporativas quanto ao impacto de suas operações nas mudanças climáticas e no meio ambiente. Segundo a companhia, uma política de meio ambiente está em processo de aprovação, cuja divulgação está prevista para fevereiro de 2022. Além disso, a SGBH já desenvolve processos e práticas internas que endereçam temas ambientais, sociais e de governança (ASG) na gestão empresarial.</p> <p>Benefícios ambientais esperados: Dentre os empreendimentos da SGBH, que compõem cerca de 15.761 km de linhas de transmissão, mais da metade está diretamente ligada ao escoamento de energia limpa</p>

¹³ <https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/noticias/plano-decenal-de-expansao-de-energia-2030-e-entregue-ao-presidente-da-republica/PDF2030.pdf>

¹⁴ https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-160/topico-168/Anu%C3%A1rio_2021.pdf

	<p>contribuindo para a expansão da geração de energia proveniente de fontes renováveis.</p> <p>No Sistema de Informações Geográficas do Setor Energético Brasileiro¹⁵, pode-se observar que, pela sua localização, o projeto da STE atenderia a demanda de pequenas centrais hidrelétricas e usinas termelétricas a biomassa existentes no estado de Goiás.</p> <p>No Plano Decenal de Expansão de Energia 2030, a LT Silvânia-Trindade e a SE Silvânia são apresentadas como parte dos esforços estruturais previstos para aumento da capacidade de interligação e evitando possíveis restrições de transferência de energia entre os subsistemas Norte/Nordeste e Sudeste/Centro-Oeste para atendimento ao critério de contingência simples (N-1) da Rede Básica que atende à região central do estado de Goiás; as contingências referem-se à sobrecarga nas linhas remanescentes tanto no período seco como no úmido da região Norte. A SE Silvânia, especificamente, será ponto de conexão da LT 800 kV em corrente contínua Graça Aranha – Silvânia que possibilitará não só o escoamento da energia de fontes renováveis do Nordeste para a região Sudeste/Centro-Oeste, como também a redução de restrições de transmissão em cenários de elevada geração simultânea, hidráulica e eólica, no Norte/Nordeste.</p> <p>O benefício ambiental gerado pelos projetos, também, pode ser corroborado pela variação do “<i>Indicador de prestação de serviço de transmissão a Usuários Verdes</i>”. O indicador é composto das seguintes variáveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Número de usuários do sistema que geram energia renovável não convencional (Usuários Verdes): mostra a quantidade de usuários que produzem energia renovável; • Faturamento com transmissão de energia renovável não convencional (R\$): demonstra a disponibilidade do sistema para transmitir energia gerada pelos Usuários Verdes; • Incremento do faturamento com novos usuários: variável diretamente relacionada com a potência de transmissão de energia (montantes de uso do sistema de transmissão - MUST) disponibilizada para os novos Usuários Verdes. <p>O cálculo de usuários verdes conectados é baseado nas usinas geradoras de energia conectadas ao SIN. Considerando a interligação da rede de transmissão, esses dados são compartilhados por todas as LTs conectadas, visto que todas as linhas transmitem a mesma parcela de energia verde ligada ao sistema. Os dados de usuários conectados, assim como a previsão de conexão de novos usuários são disponibilizados pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) por meio de relatórios executivos periódicos de Consolidação da Previsão de Carga além dos Avisos de crédito (AVCs) disponibilizados aos operadores das LTs.</p> <p>A tabela abaixo serve como uma base de referência para a identificação desse benefício. É possível observar a expansão dos usuários verdes entre 2019 e 2020 e a evolução da relevância de energia de fontes renováveis não convencionais na atividade de transmissão de energia. Entre 2020 e 2021, o número de usuários verdes cresceu para 734. O cálculo considerou informações de usuários verdes conectados ao SIN.</p>
--	--

¹⁵ <https://gisepeprd2.epe.gov.br/webmapepe/>

Benefício Ambiental	2019*	2020**	2021***
Média mensal do número de Usuários Verdes	579	644	795
Percentual de Usuários Verdes sobre o total de usuários considerando médias mensais (%)	64,2	67,3	72,47
Faturamento de Usuários Verdes (R\$)	-	-	-
Percentual de faturamento de Usuários Verdes sobre o total (%)	-	-	-

*Foi considerado o período de maio a dezembro.

**Foi considerado o período de janeiro a dezembro.

***Foi considerado o período de janeiro a setembro.

Ressalta-se que pelo fato do empreendimento estar em fase de planejamento, não existem dados de faturamento disponíveis, desse modo, não foi possível mensurar este benefício em relação aos usuários verdes. Contudo, a partir do início das operações, o avanço desses indicadores será reportado anualmente pela SGBH até o vencimento da emissão, de modo a demonstrar a relevância do benefício ambiental das linhas de transmissão contempladas nos projetos elegíveis por meio do aumento da participação de fontes renováveis não convencionais em relação a toda a energia transmitida.

Processo de seleção e avaliação dos projetos: O processo de seleção do projeto para a emissão de debêntures verdes ficou a cargo da SGBH por meio de processo interno. O projeto passou por processo de avaliação socioambiental realizado por equipe multidisciplinar liderada pelo Departamento de Saúde Segurança e Meio Ambiente (*HSE*). Os principais critérios avaliados foram a conformidade legal do licenciamento e o atendimento às condicionantes ambientais. O empreendimento, em fase de planejamento, obteve a Licença Prévia e autorizações de competência exclusiva dos órgãos ambientais.

O acompanhamento dos requisitos socioambientais do projeto é realizado pela Gerência de Ambiental e Coordenação Ambiental do Departamento de Saúde, Segurança e Meio Ambiente (*HSE*), com auxílio de outras áreas que relacionadas ao projeto.

Na fase de planejamento, a SGBH tem implementado um processo de comunicação prévia sobre o empreendimento para assegurar que a população diretamente afetada pela construção da linha de transmissão tenha acesso a informações ao longo da fase de implantação do projeto.

Frisa-se que a SGBH não possui um Sistema de Gestão Ambiental. O seu Departamento de Saúde, Segurança e Meio Ambiente (*HSE*) é o responsável pela gestão ambiental, de segurança e fundiária da empresa.

Ainhamento com Climate Bonds Initiative:

De acordo com o critério de Transmissão e Distribuição de Energia do *Climate Bonds Standard*, o financiamento de infraestrutura de linhas de transmissão é elegível a emissão de *Climate Bonds*. Para isso, a operação desses ativos deve atingir algumas exigências específicas, que foram analisadas frente às operações da empresa. As conclusões desta análise, que corrobora adicionalidade ambiental do projeto e atendimento parcial das exigências, encontram-se a seguir.

1. Exigência de mitigação:

Caminho para a descarbonização: Como atendimento do critério de descarbonização, a CBI considera elegível ativos que pertencem a um sistema cujo fator de emissão médio da rede em que a infraestrutura está localizada está abaixo do valor limite de 100 gCO₂e/kWh durante um período médio de cinco anos consecutivos. Em termos práticos, o cumprimento da exigência se dá por conta da conexão ao Sistema Interligado Nacional, o qual tem fator de emissões em trajetória de redução e abaixo de 100 gCO₂e/kWh, conforme apresentado a seguir. Com isso, evidencia-se que o projeto da STE está atendendo às exigências de mitigação dos critérios de Transmissão e Distribuição de Energia da CBI.

Ano	Fator de emissões (gCO ₂ /kWh)
2016	81,7
2017	92,7
2018	74,0
2019	75,0
2020	61,7

Fonte: MCTIC (2021)¹⁶

Diante da Taxonomia de Finanças Sustentáveis da União Europeia, o projeto da STE está alinhado com os critérios de descarbonização, que, assim como a CBI, exige que o sistema onde as LTs estão localizadas tenha um fator de emissão inferior a 100 gCO₂e/kWh de energia gerada nos últimos 5 anos.

2. Exigência de adaptação e resiliência: O emissor deve adotar ações para mitigar os impactos das mudanças climáticas sobre os empreendimentos, de acordo com os itens abaixo:

- (1) Identificação dos limites claros e as interdependências críticas entre a infraestrutura e o sistema em que opera;
- (2) Identificação dos principais perigos físicos do clima aos quais a infraestrutura estará exposta e vulnerável ao longo de sua vida operacional;
- (3) Estabelecimento de estratégias e medidas frente aos riscos mapeados, de forma que sejam suficientes para que a infraestrutura se mantenha adequada às condições das alterações climáticas ao longo da sua vida operacional;
- (4) Estabelecimento de estratégias e medidas que aumentem a resiliência climática do sistema no qual o empreendimento opera, conforme indicado pelos limites e interdependências críticas no item (1).
- (5) Monitoramento e avaliação contínuos dos riscos, medidas de resiliência e ajustes relacionados a essas medidas, conforme necessário.

A SGBH realiza a gestão de seus riscos, a qual obedece a um ciclo anual de quatro etapas. A primeira etapa é a identificação dos riscos por meio de entrevistas, estudos de benchmarking dos riscos reportados pelos pares e a consolidação dos riscos corporativos da empresa em uma Matriz de Risco que os classifica em estratégico, reputacional, financeiro, operacional, ambiental, legal e regulatório. Os desastres naturais, mudanças climáticas e epidemias estão classificados na Matriz como fatores externos dos riscos estratégicos.

¹⁶ Disponível em: https://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/ciencia/SEPED/clima/textogeral/emissao_corporativos.html

A segunda etapa do ciclo da gestão de riscos trata da avaliação do risco por meio de análises de Impacto e Vulnerabilidade dos riscos identificados, consolidação das respostas nos questionários de avaliação enviadas à força de trabalho da empresa, culminando na Escala de Avaliação com o risco avaliado. A Escala de Avaliação considera 5 níveis de Impacto (grau de severidade no qual a SGBH será afetada se o evento de risco – oportunidade ou ameaça- acontecer) e 5 níveis de Vulnerabilidade (probabilidade de ocorrência do evento, considerando a percepção do ambiente de controle pelos respondentes). O resultado da avaliação é a Matriz de Risco com a categoria para cada risco, e na qual o risco desastres naturais, mudanças climáticas e epidemias possui a categoria de “alto” em Vulnerabilidade, Impacto e Exposição.


A terceira etapa consta do tratamento do risco por meio de discussões e aprovação dos riscos priorizados, e do desenvolvimento, aprovação e monitoramento dos planos de ação para os riscos priorizados. O tratamento do risco de desastres naturais, mudanças climáticas e epidemias é gerido pelo Departamento HSE, contando com a seguinte descrição “ocorrência do fenômeno que pode resultar em desastres naturais e epidemias, impactando a continuidade das operações”. Os fatores deste risco são: ventos e chuvas maiores ao esperado ou previsto para uma determinada região; alagamentos; inundações, deslizamentos de terra, incêndios florestais em propriedades rurais e urbanas; ruptura de barragens; e surtos, epidemias e pandemias. O plano de ação para este risco consta de 6 recomendações, 5 delas contam com indicador de acompanhamento e a todas lhes foram alocadas áreas responsáveis. As recomendações são classificadas como alta, média ou baixa segundo sua urgência, complexidade e custo. As duas recomendações/ações com urgência “alta” são apresentadas a seguir junto ao seu indicador:


Recomendação	Indicador
Desenvolver soluções em ArcGis integrando dados online (serviços meteorológicos) de Ventos, Chuvas, Raios e Incêndios para apoiar as áreas O&M, UHV e HSE em tempo real e prever potenciais impactos na operação ou danos nas instalações da SGBH.	Mapas online e alarmas (customizáveis) disponíveis para operações e departamentos relacionados.
Desenvolver um plano de contingências baseado nas potencias alertas (informação de previsão do clima) para apoiar às áreas O&M, UHV e HSE durante a operação.	Plano de contingência de avaria, com classificação de riscos e principais recomendações para orientar os colaboradores da SGBH sobre como agir em caso de alertas do sistema.

Fonte: SGBH

Para fechar o ciclo de gestão de riscos da SGBH, a quarta etapa é sobre o monitoramento e reporte dos riscos por meio da definição dos indicadores chave de risco, implementação dos indicadores para os 10 principais riscos e desenvolvimento de um procedimento para monitorar e reportar os indicadores.

A avaliação de riscos implementada pela SGBH contempla a identificação dos principais riscos físicos do clima sobre os projetos, o estabelecimento de estratégias de mitigação e o monitoramento dos riscos. Não há evidências de que a gestão de riscos da SGBH realize a identificação dos limites e interdependências da infraestrutura e do SIN, assim como de que a infraestrutura reforce a resiliência climática do SIN. Portanto, a exigência

	<p>de adaptação e resiliência é atendida parcialmente pelo processo de avaliação dos riscos climáticos implementado pela SGBH.</p> <p>A empresa demonstrou que possui alinhamento com a exigência de mitigação ao estar conectada a um sistema com fator de emissões em trajetória de descarbonização. Em relação ao alinhamento com a exigência de adaptação e resiliência, a empresa tem implementado, em sua maioria, as ações de avaliação de riscos climáticos sobre o empreendimento, atendendo, parcialmente, os critérios setoriais da CBI. Assim, no item Processo de seleção e avaliação de projetos (Green Bond Principle 2) sua classificação é de <u>Liderança</u>.</p>
<p>Gestão de recursos</p> 	<p>Características da emissão: Os recursos captados por meio da emissão das debêntures ascendem ao valor total de R\$ 235.000.000,00, e serão destinados, exclusivamente, para o financiamento dos gastos futuros do projeto de infraestrutura de linha de transmissão (LT) de energia elétrica, por intermédio da SPE Silvânia Transmissora de Energia (STE), controlada da State Grid Brazil Holding (SGBH).</p> <p>O financiamento do projeto, cujo valor total é de R\$ 476.000.000,00, será realizado com 83% (R\$ 395.000.000,00) de capital de terceiros e 17% (R\$ 81.000.000,00) de capital próprio. A emissão em análise representa, aproximadamente, 49% do valor total do projeto, sendo 100% CAPEX. Conforme especificado no Quadro de Usos e Fontes do projeto, 1% de seu valor total será destinado para custos pré-operacionais, 8% para gastos financeiros e 91% para investimentos.</p> <p>A emissão possui o prazo de vencimento em 3 anos (25 janeiro de 2025), e o prazo previsto para a alocação total dos recursos no projeto é em 12 meses após a emissão, segundo o cronograma de desembolso financeiro apresentado pela empresa.</p> <p>Destaca-se que a emissora não possui outra emissão de debêntures com rotulagem de títulos verdes e o projeto nunca foi objeto de outras emissões temáticas.</p> <p>Procedimentos para gestão dos recursos: A STE, emissora da debênture, foi constituída como Sociedade de Propósito Específico (SPE) da State Grid Brazil Holding para a implementação do projeto em análise; portanto, os recursos da emissão serão liquidados na conta corrente da SPE, responsável pela alocação dos recursos, exclusivamente, para o financiamento dos gastos futuros do projeto elegível.</p> <p>Conforme cláusula da Escritura, a emissora tem a obrigação de comprovar a destinação dos recursos por meio de declaração em papel timbrado e assinada pelos representantes legais, acompanhada das demonstrações financeiras correspondentes, tais documentos devem ser enviados ao Agente Fiduciário até a utilização da totalidade dos recursos. O descumprimento desta obrigação constitui um evento de inadimplemento que pode acarretar o vencimento antecipado não automático da emissão.</p> <p>A Escritura, também, traz cláusulas de vencimento antecipado caso os recursos sejam alocados de forma diferente do previsto no seu uso, por meio da realização de outros investimentos ou aquisição de ativos pela emissora que não os relacionados ao projeto, ou pela alteração do objeto social único e exclusivo de implantação do projeto.</p> <p>A não obtenção, não renovação, cancelamento, revogação, extinção ou suspensão das autorizações, concessões, alvarás, subvenções e licenças, inclusive ambientais, necessárias para a operação do projeto, salvo</p>

	<p>exceções, também constituem eventos de inadimplemento que podem acarretar vencimento antecipado da emissão, o que reduz o risco do título de dívida estar em desconformidade socioambiental e se desalinhar aos <i>Green Bond Principles</i>, não sendo mais elegível ao rótulo verde.</p> <p>Recursos temporariamente não alocados no projeto: A empresa afirma que recursos serão temporariamente alocado em CDBs e Operações Compromissadas com instituições financeiras de primeira linha, com segurança e liquidez imediata, tais instrumentos financeiros apresentam baixo risco de contaminação dos recursos.</p> <p>Em termos de risco de contaminação dos recursos, a escritura possui cláusulas de vencimento antecipado caso os recursos não sejam alocados como previsto, o valor total da emissão é inferior ao valor total dos projetos, os recursos serão mantidos em conta específica para o projeto e serão alocados temporariamente em instrumentos de baixo risco. Portanto, o item Gestão de Recursos (Green Bond Principle 3) é classificado como Confortável.</p>
<p>Relato</p> 	<p>A empresa se compromete a divulgar as informações acerca da alocação de recursos e benefícios socioambientais do projeto até a maturidade da emissão ou até que os recursos sejam totalmente alocados, conforme definido na Escritura.</p> <p>As informações financeiras e os benefícios ambientais serão divulgados no Relatório Anual de Responsabilidade Socioambiental¹⁷, elaborado anualmente e disponibilizado no website do grupo econômico da emissora para os investidores e público em geral. Destaca-se que a empresa se compromete a disponibilizar, também, este Parecer Independente para os investidores e público em geral.</p> <p>Os compromissos descritos neste Parecer serão objeto de verificação externa do uso dos recursos e indicadores do projeto em até 24 meses após a emissão, realizado pela SITAWI.</p> <p>Os indicadores a serem relatados são:</p> <p>Indicadores Financeiros:</p> <ol style="list-style-type: none"> Alocação dos recursos futuros, por projeto (em R\$); Recursos alocados temporariamente em outros instrumentos que não o projeto (em R\$) <p>Indicadores Ambientais:</p> <ol style="list-style-type: none"> Indicador de prestação de serviço de transmissão a Usuários Verdes (apresentado no item Processo de seleção e avaliação de projetos); Monitoramento e reporte de controvérsias socioambientais associadas aos projetos elegidos, como impactos adversos em áreas de preservação, de reassentamento de pessoas, acidentes, etc.; Fator de emissão médio do SIN dos últimos 5 anos (emissão de tonCO₂eq/MWh gerado no SIN). <p>Não foram identificadas lacunas sobre o Relato (Green Bond Principle 4) em termos de periodicidade e conteúdo de divulgação de informações financeiras e de impacto e publicidade deste Parecer. Portanto, sua classificação é de <u>Liderança</u>.</p>

¹⁷ Sujeito a mudança em sua denominação, como definido na Escritura, podendo ser Relatório de Sustentabilidade.

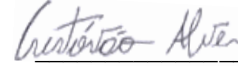
Equipe técnica responsável



Natalia Lajo
Analista
nlajo@sitawi.net



Isabela Coutinho
Consultora
icoutinho@sitawi.net



Cristóvão Alves
Avaliador Líder
calves@sitawi.net

Rio de Janeiro, 27/01/2022.

Declaração de Responsabilidade

A SITAWI não é acionista, investida, cliente ou fornecedora da Emissora nem da sua controladora State Grid Brazil Holding (SGBH) ou de suas subsidiárias. A SITAWI declara, desta forma, não possuir conflito de interesse e estar apta a emitir uma opinião independente acerca da emissão de debêntures verdes da Silvânia Transmissora de Energia (STE).

As análises contidas nesse parecer são baseadas em uma série de documentos, parte destes confidenciais, fornecidos pela SGBH. Não podemos atestar pela completude, exatidão ou até mesmo veracidade destes. Portanto, a SITAWI¹⁸ não se responsabiliza pelo uso das informações contidas nesse parecer.

ISSO NÃO É UMA RECOMENDAÇÃO

Frisamos que todas as avaliações e opiniões indicadas nesse relatório não constituem uma recomendação de investimento e não devem ser consideradas para atestar a rentabilidade ou liquidez dos papéis.

¹⁸ A responsável final por esse relatório é a KOAN Finanças Sustentáveis Ltda., que opera sob o nome fantasia de SITAWI Finanças do Bem.

III. Performance socioambiental do projeto

Esta seção tem como objetivo avaliar a gestão socioambiental do projeto elegível, visando identificar se os planos e programas implementados e previstos são capazes de medir, prevenir, mitigar e compensar seus eventuais impactos negativos. Dessa maneira, é possível confirmar a capacidade do projeto em contribuir para o desenvolvimento sustentável de maneira consistente e para a transição para uma economia de baixo carbono. Complementar a isso, foram pesquisadas controvérsias sociais e ambientais envolvendo o projeto.

Implementação de Infraestruturas de Linha de Transmissão da STE

O projeto objeto da emissão é administrado pela SPE Silvânia Transmissora de Energia S.A. (STE), que é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH), e consiste em um sistema de transmissão de energia que corresponde ao Lote 1 do Leilão nº 01/2020 – ANEEL. O sistema está formado pelas seguintes estruturas planejadas, as quais somam 177,1 km de extensão, transpassando um total de 13 municípios, todos pertencentes ao estado de Goiás:

- LT 500 KV Silvânia-Trindade;
- SE Silvânia 500 kV;
- Seccionamento da LT 500 kV Samambaia – Emborcação/ SE Silvânia;
- Seccionamento da LT 500 kV Samambaia – Itumbiara/ SE Silvânia;
- Equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas Entradas de Linha da SE Trindade já existente.

A localização do projeto é apresentada na Figura 1, a seguir.

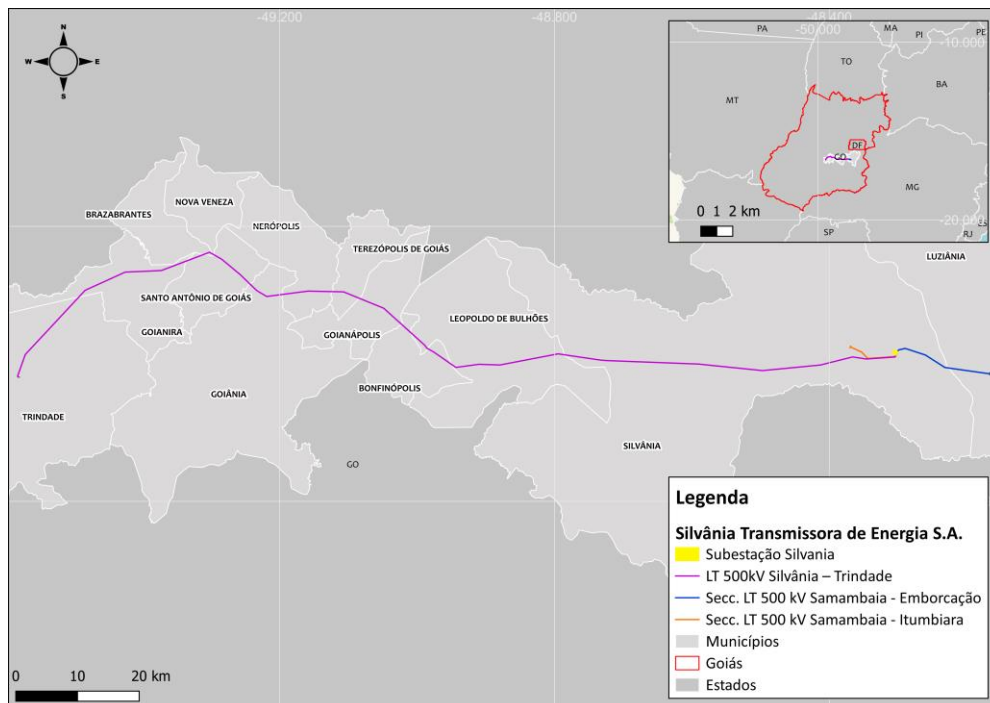


Figura 1. Localização da Linha de Transmissão da STE

Fonte de dados: SGBH

Elaboração: SITAWI

Análise Socioambiental do Projeto

A avaliação da performance socioambiental associada a implementação da LT foi realizada considerando a atual fase do projeto e tendo como referências a legislação brasileira e os Padrões de Desempenho (PD) da IFC - *International Finance Corporation*¹⁹. De forma a fundamentar a avaliação dos PDs, foram verificadas – com uso de Sistema de Informação Geográfica (SIG) – eventuais interferências do projeto com áreas de sensibilidade socioambiental (como unidades de conservação²⁰, áreas quilombolas²¹, assentamentos do INCRA²², territórios indígenas²³, sítios arqueológicos²⁴, entre outros).

A performance socioambiental do projeto apresentou os seguintes resultados:

- Desempenho avaliado como **Confortável** nas dimensões “Gestão Socioambiental”, “Ambiental”, “Comunidades” e “Trabalhadores”. Ressalta-se que o início da fase de implantação do projeto está previsto para março de 2022, desse modo as análises elaboradas neste capítulo envolvem elementos da fase de planejamento, como projeto básico, estudos ambientais e obtenção de licença prévia.
- Não foram encontradas controvérsias relacionadas ao projeto.

Mais detalhes sobre a performance ambiental dos projetos elegíveis encontram-se no Quadro 2.

Quadro 2. Análise da performance socioambiental dos projetos

Gestão socioambiental

●●●○ **Confortável**

- **Licenças e autorizações ambientais:**

O empreendimento possui a Licença Prévia Nº 20211107 expedida pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado de Goiás (SEMAD-GO), emitida em 29 de novembro de 2021, com validade de 5 anos da data de emissão (29 de novembro de 2026), tendo como atividade licenciada a “construção de linhas de transmissão de energia elétrica (maior que 138 kV)”. A Licença Prévia (LP) declara a viabilidade ambiental do empreendimento e aprova sua localização, não autorizando sua instalação ou operação, que necessitam de licenças específicas. O processo de licenciamento do empreendimento, que é Classe 5 (grande porte e médio potencial poluidor ou médio porte e alto potencial poluidor) segundo o Sistema Ipê, que é o sistema de licenciamento ambiental da SEMAD-GO, está sendo conduzido através do Processo nº 20211110.

- **CAR**

O Cadastro Ambiental Rural (CAR) é um registro público eletrônico obrigatório para todos os imóveis rurais no Brasil. Criado pela Lei nº 12.651/2012²⁵, sua finalidade é integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais referentes às Áreas de Preservação Permanente (APPs), de uso restrito, de Reserva Legal (RL), de remanescentes de florestas e demais formas de vegetação nativa, e das áreas

¹⁹ https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/Topics_Ext_Content/IFC_External_Corporate_Site/Sustainability-At-IFC/Policies-Standards/Performance-Standards

²⁰ <http://mapas.mma.gov.br>

²¹ <http://certificacao.incra.gov.br>

²² <http://certificacao.incra.gov.br>

²³ <http://www.funai.gov.br>

²⁴ <http://portal.iphan.gov.br>

²⁵ [LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012.](#)

consolidadas, a fim de manter uma base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento.

As informações abaixo foram encontradas no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (Sicar), que apresentam o estado do CAR do imóvel rural onde será implementada a subestação do empreendimento. De acordo com a Lei 12.651/2012, todo imóvel rural com mais de 4 módulos fiscais em sua área deve manter 20% da área total com cobertura de vegetação nativa, a título de Reserva Legal (RL). Neste caso a RL representa 11,98%, mas visto que o proprietário do imóvel rural aderiu ao Programa de Regularização Ambiental (PRA), há o compromisso de regularizar a área de RL do imóvel mediante compensação. Cabe apontar que a área da subestação é de 51,5 hectares, representando 7,8% da área total do imóvel rural.

Tabela 1. CAR – Propriedade da Subestação Silvânia

Registro no CAR	Data de cadastro	CAR Ativo?	Área declarada (ha)	Módulos fiscais	Reserva legal declarada (ha)	Percentual de Reserva Legal
GO-5220603-B0BB0403369E4941924DC2387CCE350D	01/07/2016	Sim	660,97	22,03	79,20	11,98 %

Fonte: Sicar

- **Sistema de Gestão Ambiental (SGA) e Certificados:**

A SGBH não possui um Sistema de Gestão Ambiental (SGA), e nem uma Política Ambiental formalizada já implementada. Segundo a companhia, vem sendo implementada uma política de meio ambiente em processo de aprovação, cuja divulgação está prevista para fevereiro de 2022. Contudo, possui o Departamento de Saúde, Segurança e Meio Ambiente (HSE), com estrutura composta pelo Diretor HSE, Vice-Diretor HSE, Gerente de Segurança acompanhado de equipe de médica, enfermeira e engenheiros de segurança, Coordenadora ASG, Gerente Ambiental acompanhado de equipe de analistas e técnicos ambientais, Coordenador Ambiental acompanhado de analistas ambientais e jovem aprendiz. Esta área é responsável pela gestão ambiental, de segurança e fundiária da empresa, e pelo atendimento aos requisitos legais aplicáveis ao negócio, como a gestão do licenciamento ambiental de suas concessionárias operacionais.

- **Transparência**

A SGBH tem implementado o processo de comunicação prévia sobre o empreendimento para assegurar que a população diretamente afetada pela construção da LT tenha acesso a informações ao longo de todo o processo de implantação do projeto, e como medida socioambiental de mitigação do impacto de geração de expectativa negativa em relação à implantação do empreendimento e otimização do impacto de geração de expectativa positiva. A comunicação prévia constou de duas etapas: levantamento prévio fundiário e atividades de comunicação social.

Sobre o levantamento prévio fundiário, como consta no Relatório Técnico de Comunicação Social, de dezembro de 2021, a equipe de comunicação do Fundiário tem realizado 04 campanhas de comunicação presencial, assim como pelo contato via telefone e aplicativo de mensagens, conseguindo que a comunicação social seja efetiva para 100% das propriedades que permitiram o contato e para 96,5% do total de propriedades da Área Diretamente Afetada (ADA). Além disso, durante o mês de outubro de 2021 foram distribuídos folders nas sedes das prefeituras, associações e comércios dos 13 municípios por onde passa a LT.

Sobre a comunicação social e em atendimento à condicionante da LP, com prazo até 28/01/2022, referente à divulgação ao público local sobre informações sobre o empreendimento, a SGBH tem disponibilizado uma cartilha informativa para orientar à população da ADA, especificamente, sobre o processo fundiário e cuidados com o meio ambiente para a implantação da LT. Também, o empreendimento foi divulgado por meio de folder (com informações sobre o que é e não é permitido fazer na faixa de servidão, da linha de tempo do projeto), spot de rádio e mídias sociais, cujas evidências foram registradas no Relatório Técnico de Comunicação Social. Os canais de comunicação serão mantidos durante a fase de instalação do projeto.

O projeto tem disponibilizado para a população local a Ouvidoria do Sistema de Transmissão Silvânia – Trindade como mecanismo de atendimento a esclarecimento de dúvidas, solicitações, reclamações, entre outros quesitos. O horário de atendimento é de segunda-feira a sexta-feira das 09:00 às 18:00 e, também, pelo correio eletrônico específico. Os contatos da Ouvidoria foram disponibilizados para a população local por meio dos matérias produzidos e nos spots de rádio. No relatório técnico, lançado em dezembro de 2021, já consta o reporte de 04 chamados com status de atendimento de encerrado.

Ambiental

●●●○ **Confortável**

• **Interferência em áreas legalmente protegidas:**

De forma a fundamentar a avaliação dos PDs, foram verificadas – com uso de Sistema de Informação Geográfica (SIG) – eventuais interferências do projeto com áreas de sensibilidade socioambiental (como unidades de conservação, áreas quilombolas, assentamentos do INCRA, territórios indígenas, sítios arqueológicos, entre outros). A Figura 2 apresenta a região onde está situado o projeto elegível, bem como os locais com restrições socioambientais.

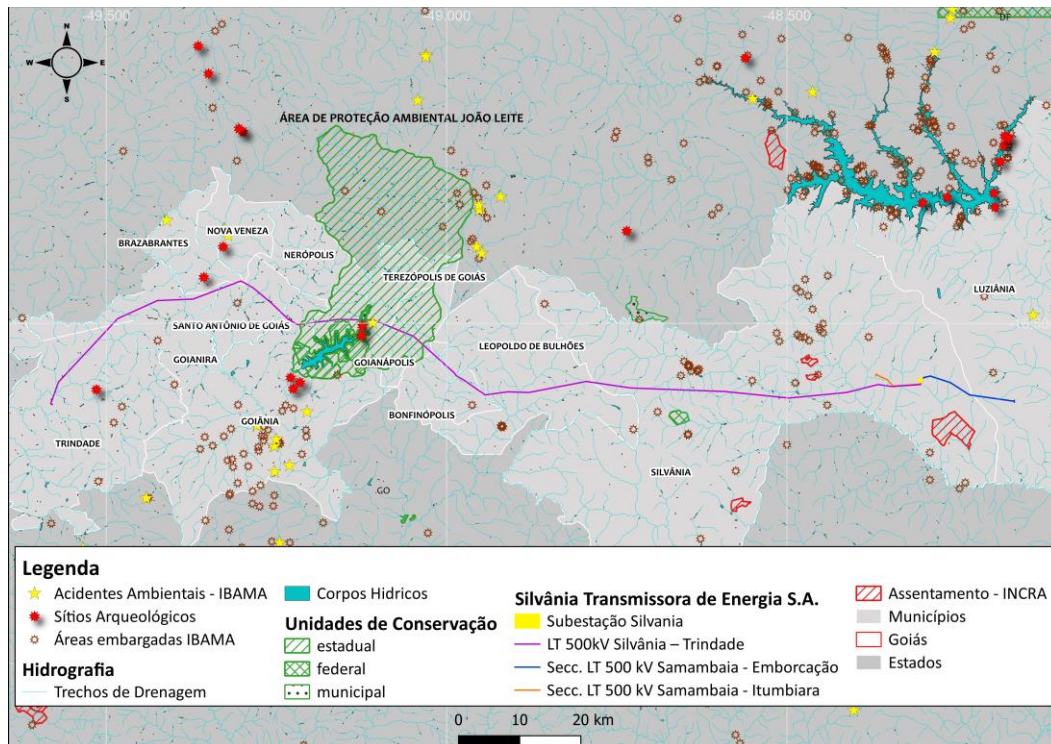


Figura 2. Localização do projeto da STE e áreas com restrições socioambientais

Fonte de dados: SGBH, IBAMA, IPHAN, INCRA

Elaboração: SITAWI

O empreendimento, cuja Área Diretamente Afetada (ADA) é formada por 76% de ambientes antropizados, passa por três unidades de conservação (UC) e por duas zonas de amortecimento, as quais foram analisadas no Relatório Técnico – Diagnóstico de Interferência da Linha de Transmissão 500 kV Silvânia – Trindade em Unidades de Conservação, elaborado por consultoria externa especializada no ramo socioambiental e infraestrutura:

- Área de Proteção Ambiental João Leite – APAJoL: É uma UC de Uso Sustentável. Dos 20,3 km de extensão da LT dentro da APAJoL, 15,48 km atravessam área de uso antrópico com predominância de pastagem, 4,39 km ocorrem na área de vegetação nativa e 460 m atravessam áreas hidrográficas. Dentro da área se estima a alocação de 41 torres de transmissão, sendo que destas, 33 torres encontram-se na área da zona de amortecimento do PEAMP/PEJoL. O estabelecimento da faixa de serviço (8 metros de largura) e das praças de torres previstas na área devem ocupar, aproximadamente, 23,87 hectares, dos quais somente 3,96 hectares de vegetação nativa dispersa em fragmentos de formações florestais e savânicas serão suprimidos. Foi identificada a possibilidade de coalisão da avifauna contra torres e cabos durante a operação do empreendimento, portanto, propõe-se a instalação de sinalizadores para percepção da avifauna, cuja definição de locais serão objeto de novos estudos.
- Parque Estadual do João Leite – PEJoL e sua zona de amortecimento: É uma UC de Proteção Integral, sobreposta à APAJoL. A LT possui, aproximadamente, 700 m de extensão, sendo que 230 m correspondem à travessia da represa João Leite. O local de travessia da LT nesta área é caracterizado por uma vegetação de baixo porte e de recomposição florestal em estágio inicial associados com a área de espelho de água, sendo assim a necessidade de manutenção da faixa de servidão será mínima. Além disso, o traçado da LT percorre a área norte do PEJoL, com objetivo de evitar o impacto social dentro do trecho de expansão urbana do município de Goiânia, que ocorre ao sul do PEJoL. Dentro dos limites da área não haverá necessidade de supressão vegetal, pois a instalação de torres foi prevista no limite externo, e será realizado o alteamento do cabeamento, assim como a passagem dos cabos será efetuada por drones.
- Área de Proteção Ambiental Serra da Boca da Mata: É uma UC de Uso Sustentável, localizada no município de Goianira. Segundo o Sistema de Informações Geográficas do Estado de Goiás (camada UC – Unidades de Conservação Municipais), a APA é afetada pela LT em uma extensão de aproximadamente 1,2 km.
- Zona de Amortecimento do Parque Estadual Altamirano de Moura Pacheco – PEAMP: É uma UC de Proteção Integral, sobreposta à APAJoL. O traçado previsto da LT irá atravessar apenas a sua zona de amortecimento, em uma extensão de 16,65 km, no qual são previstas a instalação de 33 torres que condizem também com a área da APAJoL.

O relatório técnico respectivo conclui que a instalação da LT 500 kV Silvânia – Trindade não afeta a integridade física das UCs por ela atravessadas, sobretudo as de proteção integrais, estando aderente ao Plano de Manejo da APA João Leite. Além disso, como condicionante específica da LP do empreendimento, a viabilidade ambiental no que diz respeito à supressão em área de preservação permanente foi considerada em razão da inexistência de alternativa locacional, como justificado nos documentos técnicos sobre viabilidade locacional do empreendimento.

Desta forma, é possível observar que as questões referentes às interferências nas áreas legalmente protegidas estão sendo endereçadas, considerando a fase de planejamento do empreendimento.

- **Interferência na biodiversidade local:**

Definidas na etapa de licença prévia, as áreas de compensação florestal serão na Área de Proteção Permanente (APP) de formações florestais e campestres por 7,4 hectares, e na UC de Uso Sustentável APAJoL e zonas de amortecimento de UC PEJoL e PEAMP por 3,9 hectares. Os quantitativos finais de supressão vegetal serão apresentados no Projeto Executivo, requisito para a solicitação da Licença de Instalação.

A proposta de compensação florestal da STE prevê como medida a recomposição florestal em áreas desprovidas de cobertura vegetal nativa ou em áreas degradadas, considerando o disposto no Plano de Manejo da APA João Leite e de acordo aos critérios e quantitativos de proporcionalidade definidos pela SEMAD, a seguir: 2 hectares a serem compensados para cada 1 hectare suprimido em UC de Uso Sustentável, e 1,5 hectare a ser compensado para cada 1 hectare suprimido em Zona de Amortecimento de UC. Considerando que as zonas de amortecimento dos dois parques estão sobrepostas com APAJoL, a STE considerará o valor maior de compensação, resultando no total 7,8 hectares de compensação florestal. Para o caso da compensação da intervenção em APA definida pela SEMAD, a proporção é 1 hectare a ser compensado para 1 hectare suprimido, resultando em 7,4 hectares de compensação florestal. A área total a ser compensada pela STE é de 15,2 hectares, devendo ser priorizada a execução das ações de compensação em PEJoL e PEAMP, que são as UCs mais próximas das áreas de interferência.

Como condicionante da LP, a apresentação do comprovante de assinatura do termo de compromisso de compensação florestal tem o prazo de até 28/01/2022 (60 dias após a emissão desta licença), a que a No momento de elaboração deste parecer, a STE está ainda dentro do prazo, e

Sobre a interferência na fauna e flora locais, a Emissora tem realizado estudos de diagnóstico das espécies inventariadas dos grupos faunísticos de herpetofauna, avifauna e mastofauna terrestre, e formações florestais e savânicas do bioma Cerrado, presentes nas áreas de influência da LT, enfatizando as espécies ameaçadas de extinção, bem como aquelas endêmicas, migratórias, de interesse humano e sensíveis a conversão de habitats. Os estudos junto ao Plano de Controle Ambiental da Fauna e Flora da LT como parte do processo de licenciamento ambiental prévio, fornecem embasamento técnico para ser considerado nas atividades de afugentamento, resgate e soltura de fauna, assim como de resgate, salvamento, propagação e realocação da flora, que devem ser incluídas no Projeto Executivo, como disposto na condicionante da LP. O inventário florestal será apresentado na fase de solicitação da Licença de Instalação do empreendimento e consolidará as estimativas de volumetria associada à área de intervenção para supressão de vegetação da Área Diretamente Afetada (ADA) como parte do processo de obtenção da Autorização de Supressão de Vegetação.

Como consta no relatório técnico sobre ocorrência do isolamento de populações da fauna, o empreendimento não limita o movimento de grupos faunísticos entre fragmentos florestais. Além disso, a alteração do uso e ocupação do solo da faixa de serviço é temporária, ocorrendo só durante a fase de instalação do empreendimento; a regeneração natural da faixa ocorrerá durante a operação do mesmo, com remoção de indivíduos arbóreos isolados que apresentam riscos à segurança operacional, o que possibilita o livre deslocamento da fauna silvestre; e a remoção da vegetação não é um fator gerador de fragmentação de habitat e de isolamento de populações.

Em atendimento à condicionante da LP no que diz respeito à manutenção do potencial turístico (monumentos e/ou paisagens naturais notáveis) nas áreas de influência do empreendimento, a STE conta com o Estudo de Impacto de Paisagem da Cachoeira da Fazenda Cachoeirinha (entre os municípios de Bonfinópolis e Leopoldo de Bulhões, no estado de Goiás), localizada a menos de 3000 metros do empreendimento, considerada paisagem natural notável, mas cuja área é utilizada, exclusivamente, pelos proprietários e seus familiares, não possuindo, portanto, nenhum tipo de relação com atividades de turismo ou geração de renda, sendo assim, não há probabilidade de que o empreendimento provoque depreciação de aspectos paisagísticos e de ativos de áreas com potencial turístico.

Cabe apontar que, a STE conta com estudos sobre espeleologia que concluem que não há indicativos de presença de patrimônio espeleológico, incluindo cavidades naturais subterrâneas nas áreas do empreendimento.

Em resumo, é possível identificar que o empreendimento atende os critérios do órgão ambiental local para o processo de licenciamento, assim como às condicionantes da Licença Prévia.

- **Resíduos sólidos:**

As atividades de instalação e operação de linhas de Transmissão geram resíduos, os quais necessitam de um efetivo controle até sua disposição final. Os Resíduos da Construção Civil (RCCs) representam a cadeia com maior quantitativo de geração envolvido na implantação dos empreendimentos, e devem ser destinados, preferencialmente para reciclagem e reaproveitamento sempre que possível. Quando não for possível realizar o reaproveitamento dos resíduos, estes devem ser enviados para aterros licenciados para estes materiais, conforme sua classificação definida pelas normativas vigentes. Alguns tipos de resíduos podem, ainda, ser coprocessados, e outros destruídos termicamente; outros podem ser doados para reutilização, a exemplo dos restos de concreto para pavimentação de ruas.

A SGBH possui um Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes (PGRSE), constituído por diretrizes, critérios e procedimentos para o gerenciamento adequado de resíduos sólidos e efluentes gerados durante as atividades de operação de suas concessionárias. Os resíduos gerados nas linhas de transmissão são temporariamente armazenados em unidades regionais para posterior descarte, seguindo todos os requisitos legais aplicáveis à coleta, transporte e tratamento dos materiais.

Quanto à disposição final ou descarte dos equipamentos, seja por final da vida útil (no mínimo 30 anos, que corresponde à vida útil do empreendimento) ou por substituição (*retrofit*), caso o equipamento seja considerado um resíduo reciclável seguirá para a destinação final conforme estabelecido no PGRSE, havendo a possibilidade de que muitos dos componentes e materiais utilizados na fabricação dos equipamentos são passíveis de processo de reciclagem, como o cobre e o alumínio, e no caso de serem considerados como ativo estes serão destinados para venda. Contudo, a empreendimento não possui um plano de descomissionamento das estruturas da linha de transmissão.

- **Recursos hídricos e efluentes:**

Como consta no Projeto Básico do Sistema de Transmissão de Energia do empreendimento, na fase de construção a água para consumo humano será fornecida pela SANEAGO sendo ela filtrada dentro dos padrões exigidos e armazenada em bebedouros refrigerantes. O fornecimento de água para as demais estruturas será

proveniente de poço artesiano. Os efluentes de esgoto sanitário serão destinados para fossas sépticas, pois o local não é servido com a rede de esgotamento sanitário municipal.

A gestão dos efluentes gerados pela operação do empreendimento constará de um sistema de coleta de efluentes sanitários interligado ao reservatório de polietileno. Os efluentes serão coletados e transportados por empresas especializadas. Com relação aos efluentes para a concretagem, existirão locais de armazenamento dos materiais utilizados na confecção do concreto e captação d'água. Na fase de operação, espera-se um volume total de 7,0 m³ de efluentes líquidos por ano.

No concernente a mananciais e captação de água, segundo o relatório técnico, apenas na travessia do reservatório João Leite estará localizado um manancial na ADA pelo empreendimento, sem necessidade de intervenção para supressão vegetal nas margens do reservatório e tampouco interferência no espelho de água que possam causar impactos ou danos no fornecimento de água para a população. A captação de água para abastecimento público está localizada a 21 km de distância, não existindo pontos de captação na ADA do empreendimento, e nos demais pontos de captação para abastecimento público não ocorrerá nenhum tipo de interferência durante as etapas de instalação e de operação do empreendimento, sendo que esses mananciais estão sendo localizados no buffer limite de 3 km definido pela SEMAD. O relatório técnico respectivo conclui que o empreendimento não afetará os mananciais de abastecimento público que estão localizados a uma distância inferior a 3000 metros do traçado da LT.

- **Emissões atmosféricas e gases do efeito estufa (GEE):**

A SGBH não possui Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), e não realiza o controle e cálculo anual de emissão de GEE para implementação e operacionalização das LTs. No entanto, não há, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, demanda quanto ao monitoramento das emissões de GEE.

Comunidades

●●●○ Confortável

- **Saúde e segurança da comunidade:**

A SGBH conta com uma Política de Segurança, pela qual a avaliação de riscos de segurança segue as práticas mundiais descritas no ICAS (organismo profissional global para contadores fretados) que define três linhas de defesa diferenciadas pelas funções exercidas: gerentes e funcionários responsáveis pelo gerenciamento dos riscos; políticas, estruturas, ferramentas, técnicas e suporte; e auditoria interna. Dentre os objetivos de segurança está evitar acidentes que possam afetar diretamente às comunidades, como incidentes de incêndio, de segurança de rede, de trânsito.

A Política contempla ações que abrangem desde a identificação de riscos e perigos até o acompanhamento de indicadores de acidentes e a investigação de ocorrências, incluindo ações de treinamento e conscientização contínuas e a disciplina no uso de equipamentos de proteção individual e coletiva. Para as comunidades, esses esforços se traduzem-se em campanhas educativas e sinalizações nas áreas de risco, como obras e o entorno de reservatórios.

Em relação à potencial poluição sonora provocada pelas obras civis de transmissão de energia, está determinado no relatório técnico respectivo que tais atividades realizam pouca movimentação de equipamentos, emitindo baixa vibração e ruídos e não ocasionando impactos ambientais, prejuízos econômicos à população.

Quanto à atividade de supressão vegetal, está previsto que esta será realizada com a metodologia de corte raso semimecanizado com manutenção da camada superficial do solo e da serapilheira e resíduos vegetais, como descrito no relatório técnico correspondente, concluindo que a remoção da vegetação não é um fator gerador da emissão de material particulado que teria possibilidade de perturbação da população do entorno.

- **Impacto em comunidades tradicionais:**

Não é evidência de impacto em comunidades tradicionais associado ao empreendimento.

- **Reassentamento involuntário:**

Não há evidência de realização de reassentamento involuntário associado ao empreendimento.

Cabe apontar que para o traçado definitivo do projeto, buscou-se a redução ao máximo da necessidade de desapropriação, portanto, foram realizados desvios significativos na diretriz central, visando o afastamento das áreas urbanas consolidadas e demais núcleos habitacionais.

O concernente à ausência de alternativa locacional associada a infraestruturas e benfeitorias de domínio privado, no Relatório Técnico correspondente se tem identificado no total 25 benfeitorias, das quais 3 são casas que demandam realocação de moradores e 19 são instalações para criação de animais de fácil realocação pelos proprietários. A afetação das 3 casas na faixa da LT está relacionada aos ajustes necessários para desafetação de uma cachoeira em propriedade privada, minimizando assim a supressão vegetal e impacto direto sobre a cachoeira, além de afastar de outras benfeitorias e casa próximas. Para todas as benfeitorias e infraestruturas de uso privado que necessitem de remoção na faixa de servidão, cabe aos proprietários indenização justa pelas eventuais restrições e incômodos, além dos danos comprovadamente causados pelas atividades de construção e manutenção do empreendimento.

- **Impacto em sítios arqueológicos e culturais:**

No âmbito do Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico (PAIPA) e conforme os resultados do Relatório de Análise de Impacto ao Patrimônio Arqueológico (RAIPA) do empreendimento, na ADA foram identificados 5 novos sítios arqueológicos e a redelimitação da área do sítio arqueológico registrado Goianira I, tratando-se de sítios pré-coloniais cerâmicos, cuja caracterização física corresponde a uma área com grande parte já antropizada, sendo comumente utilizada no manejo de gado, plantios de soja, milho e cana de açúcar. As medidas de proteção recomendadas no relatório para 5 dos sítios tratam da gestão *in situ* através de prevenção ao impacto com a alocação de estruturas fora da área de sítio, mantendo um distanciamento de no mínimo 50 metros de distância; e para 1 sítio é recomendada a gestão *in situ* com a instalação de placas de identificação no padrão do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Também, é sugerido que seja dada continuidade às atividades prospectivas nos locais onde a pesquisa não pôde ser realizada devido ao embargo fundiário. Para fins de apreciação e anuência da Superintendência do IPHAN no Estado de Goiás para o processo de licenciamento ambiental, a empresa vem apresentando os estudos e procedimentos por meio do processo IPHAN 01516.000117/2021-89, que foi iniciado em março de 2021. O PAIPA foi autorizado via Portaria Nº 67, de 29 de outubro de 2021, no qual está estipulado o prazo de validade de 08 meses da autorização; o

estudo também conta com o parecer técnico favorável do Centro Nacional de Arqueologia (CNA).

No referente ao impacto em sítios culturais, o empreendimento apresentou o Relatório de Avaliação de Impacto aos bens culturais de natureza imaterial (RAIPI) na área de influência direta (AID) e área de influência indireta (AII), cujos resultados consideram 6 bens culturais registrados pelo IPHAN e 1 bem cultural em processo de registro. O relatório obteve a anuência do IPHAN com a Licença Prévia para o empreendimento, condicionada à aprovação de: Projeto Integrado de Educação Patrimonial e Termo de Compromisso do Empreendedor (TCE). Em atendimento a estas condicionantes, foi elaborado o Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico (PGPA) do empreendimento, que contempla o Projeto de Salvamento Arqueológico e o Programa Integrado de Educação Patrimonial, com uma duração de 12 meses que envolverá desde levantamentos bibliográficos até a apresentação do relatório final do Programa de Gestão. O TCE, como disposto na condicionante, contempla a suspensão por 30 dias das atividades em época de ocorrência da manifestação cultural (bem cultural) identificado no RAIPI e que em hipótese nenhuma seja instalado qualquer torre de transmissão nos 06 acessos, descritos no termo, onde ocorre a manifestação cultural. Tanto o PGPA como o TCE foram deferidos para a Coordenação Técnica do IPHAN-GO em 17 de janeiro de 2022.

Trabalhadores



• Condições de Trabalho e Gestão da Relação com os Trabalhadores:

A Política de Segurança da SGBH garante uma gestão de trabalho saudável e seguro para todos os funcionários de todos os níveis e setores, ainda mais quando o projeto entrar nas fases de implantação e operação, sendo aplicável a todos seus departamentos, divisões e fornecedores. A política tem como referência as normas técnicas, normas internacionais e, principalmente, leis trabalhistas e (27) Normas Regulamentadoras (NR) do Ministério da Economia, como a NR-5 – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, NR-6 – Equipamento de Proteção Individual (EPI), NR-10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade, NR-18 – Condições de Segurança e Saúde no Trabalho na Indústria da Construção, NR-35 – Trabalho em Altura, entre outras.

Inspirada na política “*Four All*” da State Grid Corporation of China (SGCC), a Política de Segurança da SGBH tem implementado diretrizes para “todos os funcionários, todos os processos, toda a cobertura e durante todo o dia”, pelas quais: os funcionários se comprometem, principalmente, a garantir um trabalho seguro e saudável; as atividades e local de trabalho devem priorizar a prevenção de doenças ocupacionais, acidentes de trabalho e meio ambiente; inclui pessoas, equipamentos, materiais, instalações e sociedade; o tempo todo o comportamento de segurança deve estar vigilante.

A organização de gerenciamento de segurança está liderada pelo Comitê de Segurança, subordinado ao *Senior Management Committee* (SMC), para definir políticas, estratégias, orçamento, revisão de desempenho, auditoria de demanda, entre as atividades principais. Também, faz parte da organização o Departamento de Saúde, Segurança e Meio Ambiente (*HSE*) que desenvolve e divulga as instruções, políticas SGCC e SGID²⁶ e melhora práticas para a SGBH; e a Divisão de Segurança que, principalmente, apoia ao desenvolvimento de atividades operacionais, gerencia os indicadores de segurança, execução de planos de ação e integração entre diferentes divisões.

²⁶ State Grid International Development Co. Ltd., subsidiária da SGCC responsável pelo investimento no exterior (fora da China) e pelas operações de ativos de energia.

Com o intuito de disseminar a cultura de segurança na empresa, os funcionários são capacitados como um Agente de Segurança por meio de treinamentos, processos educacionais, preventivos e auditorias. Também, são contempladas metas anuais de segurança e o não cumprimento das mesmas acarretaria perdas no KPI do departamento, incluso no KPI individual de diretores, gerentes e outros funcionários. Os processos da SGBH passam pela auditoria de segurança com o objetivo de avaliar se tais processos atendem ao estabelecido nas regras corporativas, propondo melhorias se for necessário. Inclusive, medidas disciplinares e medidas de incentivos e prêmio são praticadas para o engajamento do funcionário com a cultura de segurança.

No que diz respeito aos fornecedores, a Política de Segurança estipula que todo prestador de serviços deve cumprir a política de segurança da empresa, bem como as leis trabalhistas, normas regulamentares, normas técnicas, normas internacionais, normas internas da SGBH e as melhores práticas relacionadas à segurança. Nos contratos são exigidos do fornecedor o cumprimento das obrigações fiscais, tributárias e trabalhistas, assim como as regras de segurança e medicina no trabalho, Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao Conselho Regional de Engenharia, entre outros. Em seu relacionamento com o fornecedor, a SGBH busca garantir a inexistência de mão de obra infantil e trabalho forçado em sua cadeia produtiva.

No Código de Ética e Conduta Empresarial, além de abordar questões de saúde e segurança no local de trabalho, está estabelecido que a empresa administra suas políticas, regras, procedimentos e práticas pessoais de maneira não discriminatória em todos os aspectos da relação de trabalho, incluindo recrutamento, contratação, atribuição de trabalho, promoção, transferência, demissão, administração de salários e vencimentos e seleção para treinamento. As pessoas que acreditarem ter sofrido discriminação têm disponíveis as ouvidorias divulgadas pela empresa ou o Departamento de Recursos Humanos, não estando sujeitos a assédio, intimidação, discriminação ou retaliação pelo exercício dos direitos protegidos pelo Código. Todos os funcionários estarão sujeitos a ações disciplinares, incluindo demissão por qualquer ato de assédio, que incluem agressões verbais ou físicas indesejáveis e materiais, declarações ou comentários de natureza sexual, racial ou depreciativa ou discriminatória.

- **Proteção da mão-de-obra:**

Devido a que o empreendimento é de criação recente e pela fase de planejamento em que o projeto se encontra, a STE não possui, atualmente e como informado pela companhia, funcionários cadastrados diretamente na empresa e, portanto, ainda não foram implementados o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) que são exigidos pelas normas regulamentadoras NR-7 e NR-9, respectivamente, para todos os empregadores e instituições que admitem trabalhadores como empregados. Como forma de atestar o compromisso da STE com a implantação dos programas assim que iniciada a contratação direta de funcionários pela empresa, a SGBH providenciou ambos documentos do grupo em si e das 18 concessionárias que controla evidenciando que esta prática vem sendo exercida em atendimento à lei. Ambos programas a serem implementados pela STE seguirão o modelo do grupo, atendendo a sua Política de Segurança.

A SGBH e suas concessionárias possuem PCMSO e PPRA válidos até 31/03/2022, sendo revisados anualmente. O primeiro programa conta um planejamento de exames médicos (admissional, periódico, de retorno ao trabalho, de mudança de função, demissional e complementares) e determina as responsabilidades e competências das partes envolvidas. No PPRA está estabelecida sua integração com a Comissão Interna

de Prevenção de Acidentes (CIPA), e as etapas pelas quais o programa deve se desenvolver para a implantação de medidas de controle e avaliação da sua eficácia.

Para o exercício das atividades de trabalho com segurança, o grupo proporciona a seus funcionários Programa de Treinamento de Segurança, SIPAT, Programa de Apoio ao Empregado para atendimentos psicológico, social, financeiro e jurídico (exceto trabalhista). A divisão operacional do grupo é responsável pela avaliação das demandas relacionadas à segurança do trabalho e pelos orçamentos de segurança, controle de treinamento de segurança, programas de segurança, procedimentos de controle e vida útil dos equipamentos de proteção individual (EPI), equipamentos de proteção coletiva (EPC). Também, para os funcionários da SGBH que atuam em campo é proporcionado o Programa de Educação Ambiental para os Trabalhadores (PEAT), que orienta sobre práticas cotidianas e situações enfrentadas rotineiramente em relação ao meio ambiente.

Quanto à gestão de riscos no âmbito operacional, a redução dos riscos considera ações preventivas para reduzir a frequência de ocorrência de acidentes e ações de proteção para reduzir as consequências de acidentes. Na Política de Segurança está estipulado que incidentes (acidentes e quase acidentes) resultantes das atividades da SGBH devem ser analisados, investigados e documentados, a fim de evitar sua reincidência ou para garantir a minimização de seus efeitos. No caso de um acidente, este deve ser relatado imediatamente ao superior e ao RH, sendo que a abertura de Comunicação para Acidentes de Trabalho (CAT) é obrigatória. Para todos os acidentes, as medidas imediatas de contenção e mitigação (ações corretivas) adotadas devem ser informadas.

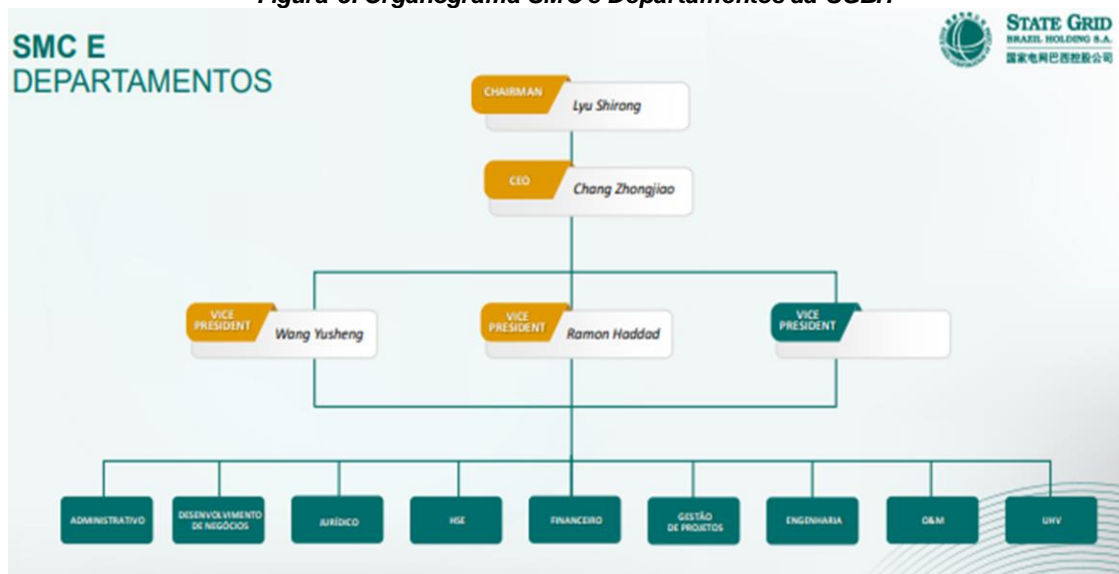
IV. Performance ASG da State Grid Brazil Holding

A Silvânia Transmissora de Energia S.A. (STE) é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH) com participação de 100%. A STE foi constituída em 04 abril de 2021 com o objetivo de planejar, instalar e operar o sistema de transmissão integrante do Lote 01 do Leilão ANEEL 001/2020. Sendo a SGBH a controladora do empreendimento, a análise de performance ASG está baseada no desempenho do Grupo SGBH.

A SGBH pertence ao grupo State Grid Corporation of China e está no Brasil desde 2010, atuando no setor de transmissão de energia. Atualmente, detém 18 concessionárias e outras cinco por meio de consórcios com participação de 51% em cada, estando presente em 14 estados brasileiros com cerca de 15.761 km de linhas de transmissão, 54 subestações, 17 mil torres e 30 bases de manutenção, o que a torna uma das maiores companhias do setor no Brasil. Conta com 767 colaboradores, dos quais 200, aproximadamente, estão no estado de Goiás.

O organograma do Conselho de Administração (SMC) e Departamento da companhia é apresentado na Figura 3.

Figura 3. Organograma SMC e Departamentos da SGBH



Fonte: SGBH

A avaliação da empresa foi feita com base nas políticas de escopo social, de segurança e saúde do trabalho e de fornecedores, diretrizes ambientais e políticas e códigos de conduta, ética, corrupção e de governança, em geral. Todos os documentos analisados são referentes à SGBH, enviadas pelas equipes responsáveis. Para a análise de controvérsias, recorreu-se à pesquisa em fontes jornalísticas.

• Ambiental

A SGBH elabora o Relatório Anual de Responsabilidade Socioambiental e Econômico-Financeiro por onde divulga os resultados das políticas e diretrizes da empresa. Nele também constam informações ambientais relacionadas às suas concessionárias, fundamentadas no licenciamento ambiental e na execução de programas e atividades atribuídas a cada uma das concessões, assim como de seus indicadores de

desempenho ambiental. O Relatório é público e pode ser acessado no website da empresa.

A companhia tem implementado um procedimento para o estabelecimento da faixa de servidão administrativa e de indenizações que visa liberar as áreas para a implantação das LTs fornecendo orientações quanto às restrições de uso e ocupação de faixa de servidão. Entre as ações que permitem atingir o objetivo estão os mecanismos de negociação justos para ambas as partes e a justa indenização aos proprietários afetados pelo projeto.

Quando à supressão vegetal, a empresa realiza o corte seletivo que considera indivíduos arbóreos previamente selecionados em uma área de vegetação nativa, a execução do corte seletivo é realizada anualmente após vistorias realizadas pelas equipes de O&M. Nessa linha, a SGBH pratica a Realocação de Reserva Legal orientada por critérios e bases técnicas das atividades de reposição de vegetação nativas dos imóveis rurais interceptados pelos empreendimentos, esta atividade é apresentada como medida mitigadora ou compensatória, em cumprimento às condicionantes das licenças ambientais emitidas pelo IBAMA ou órgãos estaduais competentes. Além disso, são realizadas atividades de Reposição Florestal para recompor áreas desmatadas, como compensação pelo corte de vegetação que é realizado no período de obras e operação dos empreendimentos; em 2020 a área total (de 09 concessionárias) de reposição florestal foi de 398,44 hectares.

No referente à recuperação de áreas degradadas nas vias de acesso e/ou praças de torres, esta é executada para corrigir, evitar, conter o surgimento e/ou a evolução de processos erosivos que possam apresentar riscos à integridade e capacidade de funcionamento das estruturas do empreendimento. Este processo foi implementado pela Divisão de Meio Ambiente e verificado periodicamente. Em 2020 o total recuperado nas 18 concessionárias operativas foi de 428.690 m².

A empresa tem desenvolvido o Programa de Prevenção aos Incêndios Florestais (PPIF) com o objetivo de desenvolver ações de comunicado e conscientização para a prevenção de queimadas e incêndios, por meio de visitas às residências e instituições localizadas próximas a linhas de transmissão e subestações.

A Compensação Ambiental é um mecanismo utilizado pela SGBH para o fomento às Unidades de Conservação, por meio do cumprimento e monitoramento dos Termos de Compensação Ambiental (TCCAs). Entre as ações prioritárias para aplicação dos recursos de compensação ambiental se tem a regularização fundiária e demarcação das terras; a elaboração, revisão ou implantação de plano de manejo; a aquisição de bens e serviços necessários à implantação, gestão, monitoramento e proteção da unidade, compreendendo sua área de amortecimento.

Como parte da sua gestão ambiental, a companhia tem implementado o Programa de Comunicação Social que está orientado à população da área diretamente afetada pelas concessões e aborda questões rotineiras da operação das linhas de transmissão, servindo de canal de aproximação entre as concessionárias e as comunidades. Também, a gestão contempla campanhas de monitoramento de fauna e flora, planos de emergência e contingência, reposição de placas de sinalização e travessias, monitoramento de qualidade da água e efluentes, avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico, planos básicos relacionados às terras indígenas e comunidades tradicionais afetadas pelos empreendimentos.

No concernente ao gerenciamento de resíduos sólidos, as ações nas etapas de geração, armazenamento temporário, coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final devem estar adequadas aos planos e programas de governo, às

Normas Técnicas Brasileiras e às legislações que regem a adoção das melhores práticas ambientais. Em 2020 foram coletados, aproximadamente, 20 toneladas em cinco concessionárias, as quais estão situadas em zona rural e distantes dos centros urbanos e não são atendidas pelo sistema de coleta de lixo das respectivas prefeituras municipais

- **Social**

A SGBH procura assegurar que todos os seus funcionários sejam treinados, trabalhem em condições adequadas, com equipamentos de proteção individual e coletiva. A companhia também proporciona uma gestão de jornada de trabalho através de banco de horas; plano de saúde e odontológico; seguro de vida em grupo; vale-refeição, vale-alimentação, vale-transporte; previdência privada; Programa de Apoio ao Empregado para atendimentos psicológico, social, financeiro e jurídico (exceto trabalhista); auxílio educacional; auxílio creche; entre outros.

A gestão de riscos da SGBH visa manter as instalações operando de acordo com os padrões de segurança considerando toleráveis, e está suportada na ABNT NBR ISSO 31000:2018 (Gestão de Riscos), COSO e *The Institute of International Auditors* (IIA).

Sobre à prestação de serviços, a empresa busca fornecedores qualificados, no âmbito da área de atuação, envolvendo empresas de todos os portes, segundo a necessidade. Nestes contratos, a empresa exige do fornecedor o cumprimento das obrigações fiscais, tributárias e trabalhistas, bem como as regras de segurança e medicina no trabalho, Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao Conselho Regional de Engenharia, entre outros, além do escopo pertinente àquela contratação. O monitoramento dessas exigências é feito no gerenciamento do contrato, em visitas e reuniões ou no processo de pagamento dos serviços prestados, mediante apresentação de documentos comprobatórios, conforme exigências contratuais, buscando garantir por meio desse processo de monitoramento aos fornecedores a inexistência de mão de obra infantil e trabalho forçado em sua cadeia produtiva, em concordância com a legislação trabalhista vigente, dos documentos de recolhimentos e comprovantes pertinentes.

Para fortalecer seu compromisso de responsabilidade social, a companhia patrocina 3 projetos culturais: a Orquestra Maré do Amanhã, com foco no ensino de música clássica para crianças e adolescentes da comunidade da Maré (RJ) em escolas públicas; o Festival de Dança Digital, que traz espetáculos online disponibilizados gratuitamente; e o Jardim da Vida, que trata de uma exposição multimídia que remete às regiões ribeirinhas do entorno da cidade de Altamira. Ademais, a SGBH patrocina 4 projetos esportivos, entre os quais está o Circuito Juntos, que organiza corridas de rua e no qual a companhia incentiva aos seus colaboradores a participarem; e Craque de Amanhã, focado em atividades físicas e psicológicas para crianças e adolescentes carentes ou em vulnerabilidade social em São Gonçalo (RJ). Realiza doações a 5 instituições, entre elas 2 hospitais, 1 escola e 2 fundações de apoio a crianças em situação de vulnerabilidade, e também para iniciativas de combate à COVID-19. Quanto a projetos de apoio social à saúde das comunidades, a SGBH aderiu ao programa Salvando Vidas de financiamento coletivo do BNDES realizando doação; em 2020 realizou doações de cestas básicas com produtos de limpeza e higiene, máscaras cirúrgicas, camas hospitalares, aspiradores portáteis, entre outros, no estado do Rio de Janeiro, Anapu (PA) e Itumbiara (GO).

Com o objetivo de fornecer com transparência um serviço de qualidade para a sociedade, o Departamento O&M calcula os indicadores de desempenho de forma a monitorar e acompanhar a evolução dos resultados da operação desses ativos,

seguindo as seguintes métricas: disponibilidade das funções de transmissão e taxa de desligamento forçado.

- **Governança**

A SGBH possui um sistema de governança corporativa monitorado mensalmente. Os principais envolvidos nesse processo são os acionistas, a Diretoria e o Conselho de Administração, *Senior Management Committee* (SMC), empregados, fornecedores, auditoria externa, clientes, bancos e outros credores, instituições reguladoras e a comunidade em geral.

A estrutura de governança é liderada pela Alta Administração das concessionárias do Grupo SGBH, a qual é formada pelo *Senior Management Committee* (SMC), que realiza reuniões ordinárias para estabelecer as estratégias de acordo com as melhores práticas de mercado. Eventualmente, quando necessário, é requerida a participação dos diretores e gerentes das áreas envolvidas nos assuntos.

As concessionárias do Grupo SGBH possuem um Conselho de Administração (CA) que é composto por membros, eleitos na Assembleia Geral, com mandato de três anos. Ele se reúne, quando necessário, mediante convocação de dois de seus membros, com antecedência mínima de sete dias úteis. Entre as competências do CA estabelecidas estão: fixar a orientação geral dos negócios da companhia; fiscalizar a gestão dos diretores; manifestarem-se sobre o relatório, os balanços e contas apresentados pelo diretor geral; entre outras competências.

A Diretoria das concessionárias do Grupo é composta por dois até dez membros. Os diretores poderão ser acionistas ou não, residentes no país, nomeados por unanimidade de votos pelos membros do CA e destituídos pela maioria dos membros do Conselho de Administração, permitida a reeleição.

De acordo com o Código de Conduta Ética e Conduta Profissional da SGBH, os princípios da companhia guiam seus relacionamentos com seus acionistas, clientes (usuários, ANEEL e ONS), funcionários e comunidade. O Código fornece orientação geral para resolver questões éticas e legais, devendo ser cumprido por todos, incluindo executivos, diretores de departamento, gerentes, funcionários, contratados, consultores e terceiros. Quanto ao *Compliance*, é de responsabilidade do funcionário consultar ao gerente superior sobre as dúvidas que surgirem relacionadas ao Código, assim como uma violação desta ou outras políticas, regras e procedimentos da empresa pode resultar em ação disciplinar, inclusive a rescisão do contrato de trabalho.

Na execução da governança corporativa, o Código dispõe como compromisso de conduta “orientar todas as decisões empresariais pela ética, transparência, integridade, lealdade, imparcialidade, legalidade e eficiência, utilizando de forma responsável seus recursos econômicos e financeiros na busca por competitividade, excelência e rentabilidade, considerando os legítimos interesses de relacionamento de todos seus públicos de interesse e de seu compromisso com a sustentabilidade”. Outros compromissos neste quesito são a adoção de critérios transparentes na seleção de projetos ambientais, sociais e culturais, assim como a rejeição e denúncia de parcerias relacionadas a trabalho infantil ou trabalho forçado e de qualquer forma ou tentativa de corrupção, fixação de preços, suborno e tráfico de influência.

A Regra de *Compliance*, que complementa o Código de Conduta da SGBH, visa promover a adequação e aderência da gestão e governança da SGBH e controladas e coligadas às legislações e normativos internos, assim como reforçar o comprometimento da companhia com a ética e a integridade para a prevenção e

detecção de atos de natureza ilícita. Esta regra se aplica a todas as unidades da companhia e membros do *Senior Management Committee* (SMC), funcionários e terceiros, sem exceções, cada um com responsabilidades definidas.

A companhia tem disponibilizado ouvidorias objetivando ao esclarecimento de dúvidas, solicitações, reclamações, entre outras temáticas que o funcionário possater. Os canais disponibilizados são por meio de correio eletrônico, no próprio website, redes sociais e telefone, inclusive por meio de um número gratuito. A divulgação desses canais é feita por cartilhas e cartazes, entre outros. Adicionalmente, as equipes de campo da SGBH ajudam na promoção permanente desses canais junto à proprietários afetados, comunidades e demais setores da população interessados.

- **Controvérsias**

Em relação à pesquisa de controvérsias que tenham gerado repercussão negativa na mídia ou mesmo internamente na empresa, não foram identificados casos associados às dimensões social, ambiental ou de governança; portanto, concluímos que a SGBH possui práticas ASG adequadas e *know how* técnico de suas atividades, demonstrando plena capacidade de medir, prevenir, mitigar e compensar riscos e sustentar as condicionantes que lhe permitem receber recursos de um Título Verde.

Green Bond Principles Form

Green Bond / Green Bond Program

External Review Form

Section 1. Basic Information

Issuer name: Silvânia Transmissora de Energia S.A.

Review provider's name: SITAWI

Completion date of this form: 27/01/2022

Publication date of review publication: January 2024 (estimated)

Section 2. Review overview

SCOPE OF REVIEW

The review assessed the following elements and confirmed their alignment with the GBPs:

- | | |
|--|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Use of Proceeds | <input checked="" type="checkbox"/> Process for Project Evaluation and Selection |
| <input checked="" type="checkbox"/> Management of Proceeds | <input checked="" type="checkbox"/> Reporting |

ROLE(S) OF REVIEW PROVIDER

- | | |
|---|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Consultancy (incl. 2nd opinion) | <input type="checkbox"/> Certification |
| <input type="checkbox"/> Verification | <input type="checkbox"/> Rating |
| <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): | |

EXECUTIVE SUMMARY OF REVIEW

According to SITAWI, the issuance is aligned with the Green Bond Principles and thus eligible to the market as Green Bond. The proceeds will finance the implementation of a transmission line project, which will start its operations in November 2023. The proceeds of the issuance will be directed to finance capital expenditures totaling R\$ 235 million. 100% of the proceeds will be allocated to future expenses, expected to occur within 12 months after the issuance. The portion of proceeds not immediately allocated to the project will be held in low risk instruments such as Bank Deposit Certificates (CDB, in Portuguese acronym) and repurchase option operations.

The projects offer environmental and climate benefits, being partially aligned with the European Union's Sustainable Finance Taxonomy and with the CBI's Grids and Storage Sectorial Criteria. The construction and operation of transmission lines connected to the Brazilian interconnected system (SIN) supports the integration of renewable energy into the power grid. The Brazilian SIN has an emission factor on a reduction path and below 100 gCO₂e/kWh since 2016. SGBH, the issuer's holding, is committed to annually report the project's environmental benefits until the Bond's maturity, and the allocation of proceeds until their complete allocation. SGBH will make this SPO public.

Section 3. Detailed review

1. USE OF PROCEEDS

Overall comment on section: According to SITAWI, STE's issuance is aligned with the Green Bond Principles and thus eligible to be labelled as a Green Bond under the Renewable Energy category. The proceeds will be used for future payments related to power transmission lines. The project will become operational by November 2023 (estimated). The issuance totals R\$235 million and 100% of the proceeds will be allocated to future expenses related to the eligible projects, expected to occur within 12 months after the issuance.

Use of proceeds categories as per GBP:

- | | |
|--|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> Renewable energy | <input type="checkbox"/> Energy efficiency |
| <input type="checkbox"/> Pollution prevention and control | <input type="checkbox"/> Sustainable management of living natural resources |
| <input type="checkbox"/> Terrestrial and aquatic biodiversity conservation | <input type="checkbox"/> Clean transportation |
| <input type="checkbox"/> Sustainable water management | <input type="checkbox"/> Climate change adaptation |
| <input type="checkbox"/> Eco-efficient products, production technologies and processes | <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): |
| <input type="checkbox"/> Unknown at issuance but currently expected to conform with GBP categories, or other eligible areas not yet stated in GBPs | |

If applicable please specify the environmental taxonomy, if other than GBPs:

2. PROCESS FOR PROJECT EVALUATION AND SELECTION

Overall comment on section (if applicable):

Overall comment on section (if applicable): The nominated projects are defined in the debentures' term sheet and offer environmental benefits, being partially aligned with the CBI criteria for transmission lines. The Brazilian Interconnected System (SIN, in Portuguese acronym), to which the lines are connected, has an emission factor below 100 gCO₂e/kWh since 2016.

Evaluation and selection

- | | |
|--|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Defined and transparent criteria for projects eligible for Green Bond proceeds | <input type="checkbox"/> Documented process to determine that projects fit within defined categories |
| <input type="checkbox"/> Summary criteria for project evaluation and selection publicly available | <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): |

Information on Responsibilities and Accountability

- Evaluation / Selection criteria subject to external advice or verification
 Other (*please specify*):
- In-house assessment

3. MANAGEMENT OF PROCEEDS

Overall comment on section (if applicable): The green bond amounts to R\$ 235 million. The proceeds will be allocated in the issuer's account, and later will be directed to the Special Purpose Company (SPE). Part of the funds can be used for temporarily allocation in highly liquid such Bank Deposit Certificates (CBD) and repurchase option. Thus, their temporary allocation presents a low risk of contamination of the funds by carbon-intensive activities.

Tracking of proceeds:

- Green Bond proceeds segregated or tracked by the issuer in a systematic manner
 Disclosure of intended types of temporary investment instruments for unallocated proceeds
 Other (*please specify*):

Additional disclosure:

- | | |
|--|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Allocations to future investments only | <input type="checkbox"/> Allocations to both existing and future investments |
| <input type="checkbox"/> Allocation to individual disbursements | <input type="checkbox"/> Allocation to a portfolio of disbursements |
| <input type="checkbox"/> Disclosure of portfolio balance of unallocated proceeds | <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): |

4. REPORTING

Overall comment on section (if applicable): SGBH is committed to report annually the project's environmental benefits until the Bond's maturity, and the allocation of proceeds until its complete allocation. All the information will be published in SGBH Sustainability Report and website. The described commitments will be subject to an external review by SITAWI within 24 months. SGBH is committed to publish the Second Party Opinion report.

Use of proceeds reporting:

- Project-by-project
 On a project portfolio basis
 Linkage to individual bond(s)
 Other (*please specify*):

Information reported:

- Allocated amounts
 GB financed share of total investment
 Other (*please specify*):

Frequency:

- Annual
 Semi-annual
 Other (*please specify*):

Impact reporting:

- Project-by-project
 On a project portfolio basis
 Linkage to individual bond(s)
 Other (*please specify*):

Frequency:

- Annual
 Semi-annual
 Other (*please specify*):

Information reported (expected or ex-post):

- GHG Emissions / Savings
 Energy Savings
 Other ESG indicators (*please specify*): *Provision of transmission service to Green Users, Monitoring of controversies and accidents, Average emission factor of SIN in the last 5 years (emission of tonCO₂eq/MWh generated in the SIN).*

Means of Disclosure

- Information published in financial report
 Information published in sustainability report
 Information published in ad hoc documents
 Other (*please specify*): *company's website*
 Reporting reviewed (*if yes, please specify which parts of the reporting are subject to external review*):

Where appropriate, please specify name and date of publication in the useful links section.

USEFUL LINKS (*e.g. to review provider methodology or credentials, to issuer's documentation, etc.*)

<https://stategrid.com.br/>

SPECIFY OTHER EXTERNAL REVIEWS AVAILABLE, IF APPROPRIATE**Type(s) of Review provided:**

- Consultancy (incl. 2nd opinion)
 Certification
 Verification / Audit
 Rating
 Other (*please specify*):

Review provider(s):**Date of publication:****ABOUT ROLE(S) OF REVIEW PROVIDERS AS DEFINED BY THE GBP**

- (i) Consultant Review: An issuer can seek advice from consultants and/or institutions with recognized expertise in environmental sustainability or other aspects of the issuance of a Green Bond, such as the establishment/review of an issuer's Green

Bond framework. “Second opinions” may fall into this category.

- (ii) **Verification:** An issuer can have its Green Bond, associated Green Bond framework, or underlying assets independently verified by qualified parties, such as auditors. In contrast to certification, verification may focus on alignment with internal standards or claims made by the issuer. Evaluation of the environmentally sustainable features of underlying assets may be termed verification and may reference external criteria.
- (iii) **Certification:** An issuer can have its Green Bond or associated Green Bond framework or Use of Proceeds certified against an external green assessment standard. An assessment standard defines criteria, and alignment with such criteria is tested by qualified third parties / certifiers.
- (iv) **Rating:** An issuer can have its Green Bond or associated Green Bond framework rated by qualified third parties, such as specialized research providers or rating agencies. Green Bond ratings are separate from an issuer’s ESG rating as they typically apply to individual securities or Green Bond frameworks / program.

Anexo I - Método

A análise da SITAWI é baseada em sua metodologia proprietária, fundamentada em *standards* reconhecidos internacionalmente. Ela é composta de três etapas:

- 1) Avaliação da emissão – o primeiro passo é avaliar se a emissão tem como objetivo contribuir com projetos que possuem potencial de impactos socioambiental positivo, condizente com a condição de Título Verde. Para isso, comparamos a emissão aos quatro componentes dos *Green Bond Principles* (GBP):
 - Uso dos recursos (*use of proceeds*): propósito da emissão do título e alinhamento desse com as categorias dos *Green Bond Principles* e da *Climate Bonds Taxonomy*;
 - Processo de seleção e avaliação de projetos (*process for project evaluation and selection*): procedimentos utilizados na escolha de projetos, alinhamento desses projetos com a estratégia da companhia e benefícios ambientais gerados;
 - Gestão dos recursos (*management of proceeds*): procedimento para gestão financeira dos recursos captados, para garantir a destinação para projetos elegíveis a classificação de Título Verde;
 - Relato (*reporting*): Divulgação de informações sobre controle e alocação de recursos, bem como dos impactos positivos esperados dos projetos.

- 2) Performance socioambiental do projeto – avaliamos o projeto com base no cumprimento da legislação social e ambiental local e as melhores práticas contidas nas Normas de Desempenho da IFC (IFC-PS) e outras normas de sustentabilidade. Nesse contexto, os principais aspectos analisados são:
 - Processo de medição, prevenção, mitigação e compensação de riscos ambientais do projeto;
 - Contribuição do projeto ao desenvolvimento sustentável;
 - Controvérsia na qual o projeto está envolvido.

Essa análise é composta por 4 dimensões e 12 temas, priorizados de acordo com a materialidade de cada tema para o projeto.

Dimensão	Tema
Gestão socioambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema de gestão socioambiental (IFC-PS nº1) • Transparência e governo corporativo (IFC-PS nº1)
Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Áreas protegidas (IFC-PS nº6) • Impacto na biodiversidade local (IFC-PS nº6) • Utilização de materiais de menor impacto (IFC-PS nº3) • Resíduos e ciclo de vida do projeto (IFC-PS nº3)
Comunidades	<ul style="list-style-type: none"> • Impacto nas comunidades cercanas (IFC-PS nº4) • Impacto nas comunidades tradicionais (IFC-PS nº7)
Trabalhadores	<ul style="list-style-type: none"> • Condições de trabalho de empregados diretos e subcontratados (IFC-PS nº2) • Ação de não-discriminação na contratação e ambiente de trabalho (IFC-PS nº2)

- 3) Performance ASG da Empresa – avaliamos a empresa de acordo melhores práticas de sustentabilidade por meio de *standards* reconhecidos internacionalmente, como GRI²⁷ e outros. Nesse contexto, os principais aspectos analisados são:
 - Políticas e práticas para medição, prevenção, mitigação e compensação dos riscos ASG de suas atividades;
 - Contribuição da empresa para o desenvolvimento sustentável e mitigação das mudanças climáticas;

²⁷ <https://www.globalreporting.org/Pages/default.aspx>

- Controvérsia na qual a empresa está envolvida.

Essa análise é composta por 3 dimensões e 10 temas, priorizados de acordo com a materialidade de cada tema para a empresa:






Dimensão	Tema
Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Uso de Recursos • Ecossistemas • Gestão de Resíduos • Mudanças Climáticas
Social	<ul style="list-style-type: none"> • Comunidades • Clientes • Cadeia de Suprimento • Recursos Humanos
Governança	<ul style="list-style-type: none"> • Transparência • Integridade e Governança Corporativa

Legendas

Nível de asseguração

Razoável	Uma avaliação na qual o risco de asseguração é aceitavelmente baixo dentro das circunstâncias do engajamento realizado. A conclusão é expressa de uma forma que transmite a opinião do profissional sobre o resultado da avaliação em relação aos critérios observados.
Limitado	Uma avaliação na qual o risco de asseguração do engajamento realizado é maior do que para um nível de asseguração razoável, porém ainda assim capaz de embasar os principais argumentos utilizados na análise.

Nível de performance do projeto

Superior 	O projeto possui as melhores práticas naquela dimensão, se tornando referência para outras empresas no desempenho socioambiental/ASG por meio da busca de inovação e melhoria contínua, contribuindo assim de maneira relevante para o desenvolvimento sustentável, inclusive com compromissos de manter essa contribuição no longo prazo.
Confortável 	O projeto cumpre os requisitos mínimos de conformidade com a legislação no tema específico, além de estar alinhado com padrões internacionais de sustentabilidade (ex: IFC Performance Standards e GRI), contribuindo de forma ampla para o desenvolvimento sustentável.
Satisfatório 	O projeto cumpre os requisitos mínimos de conformidade com a legislação no tema específico.
Insuficiente 	O projeto não cumpre os requisitos mínimos de conformidade com a legislação no tema específico.
Crítico 	O projeto não apresenta evidências de seu desempenho na dimensão específica.

Controvérsias

Nível de severidade

Pouco significativo	Descumpra a lei e/ou afeta negativamente aos <i>stakeholders</i> , mas não causa danos ou causa dano mínimo que não necessitam de remediação.
Significativo	Descumpra a lei e/ou afeta negativamente aos <i>stakeholders</i> , mas a remediação dos impactos causados é simples e com custo pouco significativo.
Muito significativo	Descumpra a lei e/ou afeta negativamente aos <i>stakeholders</i> , sendo o nível de dificuldade e custo de remediação medianos.
Crítico	Descumpra a lei e afeta negativamente aos <i>stakeholders</i> , sendo os danos irremediáveis ou de difícil e custosa remediação.

Nível de Responsividade

Proativa	Além da empresa agir de maneira remediativa diante de uma controvérsia, ela adota medidas que vão além da sua obrigação. Adicionalmente, a empresa realiza procedimentos sistemáticos para evitar que o problema ocorrido se repita.
Remediativa	A empresa realiza as ações necessárias para correção dos danos e se comunica adequadamente com os stakeholders impactados.
Defensiva	A empresa realiza ações insuficientes para correção dos danos ou emite comunicado sem realização de ações corretivas.
Não-responsiva	Não há qualquer ação ou comunicação da empresa em relação à controvérsia.